



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V - MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ILARA JULIÃO RAMOS

**DA PROMESSA À REALIDADE: O PAPEL DAS GRANDES POTÊNCIAS DO
SÉCULO XX NA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL (1917-1948)**

JOÃO PESSOA

2025

ILARA JULIÃO RAMOS

**DA PROMESSA À REALIDADE: O PAPEL DAS GRANDES POTÊNCIAS DO
SÉCULO XX NA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL (1917-1948)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo

JOÃO PESSOA

2025

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R175p Ramos, Ilara Julião.

Da Promessa à realidade: o papel das grandes potências do século XX na criação do estado de Israel (1917- 1948) [manuscrito] / Ilara Julião Ramos. - 2025.

70 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA".

1. Criação de Israel. 2. Movimento sionista. 3. Reino Unido. 4. Estados Unidos. 5. União Soviética. 6. Questão árabe-israelense. I. Título

21. ed. CDD 327.17

ILARA JULIAO RAMOS

DA PROMESSA À REALIDADE: O PAPEL DAS GRANDES POTÊNCIAS DO
SÉCULO XX NA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL (1917- 1948)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharela em Relações
Internacionais

Aprovada em: 09/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fábio Rodrigo Ferreira Nobre** (***.547.894-**), em **17/06/2025 08:57:03** com chave **2eb650704b7211f088ad1a7cc27eb1f9**.
- **Filipe Reis Melo** (***.607.604-**), em **17/06/2025 08:55:34** com chave **fa1663004b7111f083f306adb0a3afce**.
- **Elze Camila Ferreira Rodrigues** (***.956.564-**), em **17/06/2025 09:23:19** com chave **da436b8c4b7511f09e9e1a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 17/06/2025

Código de Autenticação: d57591



AGRADECIMENTOS

À Vera e a Inaldo, sem o amor de vocês eu não conseguiria chegar até aqui. Agradeço pelo apoio e ajuda durante todo esse tempo e por toda minha vida, e espero que eu consiga retribuir esse carinho e amparo de alguma forma, em algum momento. Aos meus irmãos, Inara e Ivieri, que mesmo após tantas brigas e desentendimentos, nossa união permanece intacta e se fortalece sempre. Apesar de não demonstrar, meu amor por vocês é imensurável.

À minha avó, Ivonete, pelos conselhos, carinhos, abraços, risadas, comidas, piadas e amor. Sou sempre grata a senhora, que me acompanhou desde meus primeiros passos e de quem guardo as minhas melhores lembranças – apesar de que você ainda não saiba disso. E ao meu avô, José “de Prejo”, agradeço pelo tempo que tive com o senhor, perder-te quatro anos atrás me trouxe uma dor que ainda não consegui superar – e não sei se irei. Sinto muito por não ter sido tão presente, apesar de termos vivido tão perto um do outro.

Amanda e Evellyn, vocês foram meu primeiro contato em uma cidade que eu não conhecia ninguém e tinha medo de tudo. A amizade e a conexão que compartilho com vocês eu nunca havia sentido antes, e sei que nunca irei encontrar em outras pessoas a mesma ligação que a gente tem. Espero que eu tenha conseguido fazer vocês se sentirem felizes e amadas na mesma intensidade que vocês sempre me fizeram sentir. Agradeço pelas várias noites em claro conversando, pelos filmes assistidos, pelas risadas trocadas, pelas saídas espontâneas, pelas comidas que experimentamos, pelas brigas de um dia e por tudo que fizemos juntas. Tudo o que passei com vocês fizeram parte dos melhores momentos que vivi aqui, e eu não poderia ter encontrado melhor companhia para existir ao meu lado.

Para Clevi, eu agradeço pelas madrugadas que passamos sem dormir devido ao café muito forte que eu faço, misturado com as conversas sem fim sobre nosso passado, nosso presente e o nosso tão temido futuro. Sinto saudades de você e queria que a gente morasse sempre perto um do outro, quem sabe assim eu comeria as três refeições do dia... O tempo que moramos juntos no meu apartamento me fez pensar o porquê não dividimos desde o início, pois a energia e calor que você trazia para a minha casa eu não vou encontrar com mais ninguém.

Para Carlos, Matheus e Maria Helena agradeço pelas aulas de arquitetura que vocês me proporcionaram e, apesar de não entender quase nada, ver vocês falando sobre algo que amam com tanto entusiasmo, sempre me deixou interessada em entender o mundo de vocês. Meus anos em João Pessoa não teriam sido tão incríveis se eu não tivesse encontrado a

amizade de vocês, e permaneço ansiosa por todos os anos e memórias que ainda iremos viver juntos.

Agradeço a Mágnio, Lucas e Roseane que estiveram comigo desde quando não sabíamos ler até agora que estamos nos formando – quase – juntos. Espero que vocês saibam que sempre poderão contar comigo e que, não importa onde estejam, eu sempre estarei torcendo pelo o sucesso e felicidade de vocês. Que nossa amizade de muitos anos continue por muitos anos mais.

À Flávia, João Vítor, Maria Luiza, Laura, Iandra, Kethlyn, Areli e Robs agradeço por esses anos de amizade, pelos carnavais, pelos momentos que nos reunimos apenas para conversar, pelas idas espontâneas a bares e por tudo que fizemos juntos. Conhecer e encontrar vocês – de formas tão diferentes entre si – tornou a minha vida mais bonita.

Ao professor Filipe, obrigada pela enorme paciência, pelas aulas e pelas orientações ao longo do curso e dessa pesquisa, acho que não fui a melhor orientanda, mas o senhor foi o melhor orientador. Obrigada por me ajudar a chegar até aqui.

Por fim, quero agradecer a Rocky e Cooper, meus gatos, meus filhos. Chegar em casa e encontrá-los me esperando na porta, aguardando um carinho, é sempre o melhor momento do meu dia. Quando resgatei vocês ano passado, eu não sabia que de uma noite para a outra eu havia encontrado uma nova razão para viver.

*“Para que eu possa escrever poesia que não seja
política
preciso ouvir os pássaros
e para ouvir os pássaros
os aviões de guerra devem estar em silêncio.”*

(Marwan Makhoul)

RESUMO

"De que forma o Reino Unido, os Estados Unidos e a União Soviética influenciaram a criação do Estado de Israel em 1948?" é a pergunta que guia esta pesquisa e que objetiva explicar de forma simples e clara o papel desses atores. Metodologicamente, o estudo apoia-se em pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos acadêmicos e documentos históricos, com ênfase nas contribuições dos Novos Historiadores Israelenses – cujos trabalhos se baseiam em arquivos oficiais e documentos secretos desclassificados pelo governo israelense trinta anos após a formação de Israel. A análise tem como marco temporal os anos de 1917, com a Declaração de Balfour, até 1948, ano da criação de Israel. Estrutura-se em três eixos principais: primeiro, uma contextualização do sionismo e suas origens históricas; em seguida, o exame do apoio político, militar e econômico dessas potências ao projeto sionista; e, por fim, a discussão dos eventos-chave que levaram à fundação de Israel. Como conclusão, o trabalho demonstra que, embora Estados Unidos e União Soviética tenham tido papel relevante no processo de construção do lar judeu, foi o Reino Unido o principal ator na construção das bases políticas, territoriais e demográficas que viabilizaram Israel. Além disso, o estudo reforça que a questão palestina não se resume a um conflito bilateral, mas é consequência de um processo histórico marcado pelo colonialismo e exclusão da população nativa. Enquanto o movimento sionista alcançou seu objetivo de estabelecer um Estado nacional judaico, isso se deu mediante o deslocamento e a opressão do povo palestino.

Palavras-chave: Criação de Israel; Movimento sionista; Reino Unido; Estados Unidos; União Soviética; Questão árabe-israelense.

ABSTRACT

“How did the United Kingdom, the United States, and the Soviet Union influence the creation of the State of Israel in 1948?” is the question that guides this research, which aims to explain the role of these actors in a simple and clear manner. Methodologically, the study is based on bibliographical research, using books, academic articles and historical documents, with an emphasis on the contributions of the New Israeli Historians - whose work is based on official archives and secret documents declassified by the Israeli government thirty years after the formation of Israel. The analysis takes as its time frame the years from 1917, with the Balfour Declaration, until 1948, the year of Israel's independence, and it is structured along three main axes: first, a contextualization of Zionism and its historical origins; then, an examination of the political, military and economic support of these powers for the Zionist project; and finally, a discussion of the key events that led to the foundation of Israel. As a conclusion and results, the work shows that, although the United States and the Soviet Union played an important role in the process of building the Jewish home, it was the United Kingdom that was the main actor in building the political, territorial and demographic bases that made Israel possible. In addition, the study reinforces that the Palestinian question is not just a bilateral conflict, but the consequence of a historical process marked by colonialism and the exclusion of the native population. While the Zionist movement achieved its goal of establishing a Jewish national state, it did so through the displacement and oppression of the Palestinian people.

Keywords: Creation of Israel; Zionist movement; United Kingdom; United States; Soviet Union; Arab-Israeli question.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Plano de Partilha da Palestina proposto pela Comissão Peel, 1937.....	30
Figura 2: Plano de Partilha das Nações Unidas para a Palestina, 1947.....	39

SUMÁRIO

1. Considerações Iniciais.....	10
2. Origens do Termo e do Movimento Sionista.....	12
2.1 Contexto Histórico do Movimento Sionista.....	12
2.2 O que é o Movimento Sionista?.....	14
3. O Papel do Reino Unido (1917-1948).....	18
3.1 O Reino Unido e a Declaração Balfour.....	19
3.2 O Mandato Britânico na Palestina.....	25
3.3 Da Segunda Guerra Mundial ao Plano de Partilha da Palestina.....	40
4. Os Estados Unidos e União Soviética na Formação de Israel (1917-1948).....	46
4.1 A Influência dos Estados Unidos.....	46
4.2 A Postura da União Soviética.....	50
5. A Criação do Estado de Israel.....	54
6. Considerações Finais.....	60
Referências.....	63
Anexos.....	66

1. Considerações Iniciais

A questão Israel-Palestina é uma das mais duradouras da história contemporânea, com raízes profundas que remontam a questões territoriais, religiosas e políticas (Altman, 2023). A criação do Estado de Israel, em 1948, foi profundamente influenciada pelas ações e decisões das grandes potências da época, que ofereceram suporte militar, econômico, político e internacional decisivo para sua consolidação. Com o intuito de contribuir para o crescimento da literatura das Relações Internacionais e oferecer bases para uma compreensão mais aprofundada sobre o tema, a presente pesquisa se dedica a examinar a influência das grandes potências do início do século XX – especificamente Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética – no processo de formação do Estado de Israel.

A atuação das potências não apenas moldou a criação de Israel, mas também impactou as dinâmicas geopolíticas subsequentes e a persistência da hostilidade israelo-palestina. Como aponta Edward Said (1979) em *A Questão da Palestina*, já havia, desde os primórdios do movimento sionista, uma intenção clara por parte dos apoiadores de colonizar a Palestina e estabelecer um lar nacional para os judeus (Said, 1979). A busca por essa potência, visando garantir esse objetivo, se tornou a estratégia principal dos sionistas.

O Reino Unido exerceu um papel de extrema importância para o surgimento de Israel, inicialmente através da Declaração Balfour, que expressava apoio britânico à criação de um "lar nacional judeu" na Palestina. Após a Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido assumiu o Mandato Britânico da Palestina durante os anos de 1920 a 1948, administrando a região sob apoio da Liga das Nações (1919-1946). Durante esse período, a imigração judaica aumentou, gerando tensões com a população árabe palestina nativa. Após a Segunda Guerra Mundial e o holocausto judeu, a pressão internacional pela criação de um Estado judeu cresceu, e o Reino Unido, incapaz de resolver o conflito, entregou a questão à ONU. Em 1947, a ONU aprovou o Plano de Partilha, levando à declaração de independência de Israel em 1948.

Em relação ao envolvimento dos Estados Unidos e da União Soviética, Avi Shlaim (2014), em *A Muralha de Ferro*, destaca o papel decisivo das duas superpotências no reconhecimento internacional de Israel. Segundo o autor, os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer oficialmente o Estado judeu, com o presidente Harry Truman (1945-1953) contrariando as recomendações do Departamento de Estado, que temia prejudicar relações com o mundo árabe. A União Soviética, por sua vez, seguiu o exemplo norte-americano poucos dias depois, motivada por interesses geopolíticos, como a possibilidade de enfraquecer a influência britânica no Oriente Médio e ganhar aliados na região (Shlaim, 2014).

A pergunta norteadora que orienta esta pesquisa é: "De que forma o Reino Unido, os Estados Unidos e a União Soviética influenciaram a criação do Estado de Israel em 1948?". A hipótese principal sustenta que o apoio dessas potências foi determinante não apenas para a viabilidade política e econômica de Israel, mas também para a consolidação de sua ocupação territorial na Palestina. O recorte temporal adotado tem como referência fundamental o ano de publicação da Declaração Balfour, em 1917, documento que "estabeleceu a primeira conexão histórica documentada entre o sionismo político e o imperialismo ocidental" (Stork, 1972), discorrendo até o ano de 1948, quando o Estado de Israel foi fundado. O objetivo desta pesquisa consiste em descobrir e explicar que papéis essas potências tiveram na criação de Israel e na ascensão do movimento sionista. Para tal, o estudo estrutura-se em três eixos principais: primeiramente, será feita uma contextualização do sionismo e suas origens históricas; em segundo lugar, será investigado o apoio político, militar e econômico dessas potências ao projeto sionista; e, por fim, haverá a análise dos eventos-chave que culminaram na fundação de Israel em 1948.

Metodologicamente, o estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica, valendo-se de livros, artigos acadêmicos e documentos históricos. São prioritariamente utilizadas as contribuições de Avi Shlaim (2005; 2014), Benny Morris (2001), Ilan Pappé (2006) e Tom Segev (2000), os chamados Novos Historiadores Israelenses, cujas pesquisas se fundamentam em documentos oficiais recentemente desclassificados pelo governo israelense. Além deles, os estudos históricos de Sanders (1983), Sherman (1997) e Krämer (2002) deram aporte para a elaboração da pesquisa. Como suporte, a análise incluirá, também, recursos qualitativos, como mapas que ilustram as transformações geopolíticas da região durante o período pesquisado.

Após as considerações iniciais, a pesquisa se estrutura desta forma: no segundo capítulo, será abordada a formação do movimento sionista, destacando os contextos históricos, o cenário das diásporas judaicas ao longo dos séculos, o conceito do sionismo e os eventos que marcaram a criação do movimento sionista político. No terceiro capítulo, será examinado o papel do Reino Unido, com ênfase em eventos como a Declaração Balfour, que representou um marco jurídico no compromisso britânico com a criação de um lar nacional judeu. Também será discutido o contexto histórico da Palestina sob o domínio britânico após o colapso do Império Otomano, bem como as tensões e revoltas entre árabes e judeus e os eventos durante a Segunda Guerra Mundial que ocasionaram na decisão de partilhar a Palestina. O quarto capítulo se dedicará à análise do envolvimento dos Estados Unidos e da União Soviética, destacando como funcionou o apoio político, econômico e diplomático ao

projeto sionista, incluindo o reconhecimento de Israel como Estado soberano. O quinto capítulo abordará, de uma forma geral, os eventos ocorridos entre o período da partilha da Palestina à declaração de fundação de Israel, em maio de 1948. Por fim, nas considerações finais, serão sintetizadas as principais análises realizadas ao longo do trabalho, seguidas de reflexões críticas sobre os desdobramentos históricos e geopolíticos do tema.

2. Origens do Termo e do Movimento Sionista

No presente capítulo, será abordada a formação do movimento sionista, destacando os contextos históricos que fundamentaram suas ideias e ações. Primeiramente, será discutido o cenário das diásporas judaicas ao longo dos séculos, sintetizando como a dispersão e a perseguição aos judeus serviram como base para a justificativa de um lar nacional judaico. Em seguida, será explorado o conceito do sionismo, sua origem terminológica, seu principal idealizador, Theodor Herzl, e a realização do Primeiro Congresso Sionista em 1897, evento que consolidou as demandas do movimento e articulou estratégias para conquistar o apoio de potências mundiais em prol da criação de um Estado judeu.

2.1 Contexto Histórico do Movimento Sionista

Um dos principais pontos a se entender sobre a história judaica, são as diásporas. Quando houve a destruição do Primeiro Templo em 586 a.C pelas tropas do Nabucodonosor I, que invadiu o Reino de Judá e exilou o povo judeu para a Babilônia (Altman, 2023, p. 41), essa é conhecida como a Primeira Diáspora que define grande parte da história bíblica judaica (Evans, 2008). Anteriormente a isso, em 721 a.C., os judeus já passavam por um período de êxodo, após a conquista de Canaã, atual Palestina, pelo rei assírio Sargão II, que ocasionou na destruição do Reino de Israel (Altman, 2023).

O fim da primeira Diáspora ocorre em 537 a.C., quando Ciro II da Pérsia conquista a Babilônia e permite que os exilados retornassem a suas terras, cerca de cinquenta mil judeus retornaram, os exilados mais pobres, mas mais fervorosos, retornaram a Judá para reconstruir o Templo. A maioria, porém, decide permanecer na Babilônia, mesmo após a refundação de Jerusalém e a construção do Segundo Templo, especialmente as famílias ricas. Segundo o livro de Esdras, os judeus que optaram por ficar na Babilônia puderam apoiar financeiramente o projeto (Evans, 2008, p. 2):

A ocasião para o anúncio foi a subida ao poder do rei persa Ciro. Ciro ganhou o controle do império babilônico, capturou a própria Babilônia e emitiu um decreto que permitia aos judeus da diáspora regressar a casa e reconstruir o templo. De acordo com o livro de Esdras, os judeus que optassem por ficar na Babilônia poderiam apoiar financeiramente o projeto (Esdras 1:2-4). Alguns judeus repatriaram-se, mas muitos optaram por permanecer na Diáspora (Evans, 2008, p. 2, tradução nossa).

Outro fator que contribuiu para o êxito do regresso dos exilados da Judeia sob o comando de Ciro foi o fato de que Jerusalém nunca havia sido tomada pelos babilônios após a conquista de 586 a.C, não havendo na cidade nenhum povo estrangeiro que pudesse impedir o regresso (Levine, 2002). Além disso, o governo persa também ajudou no regresso: foi proporcionado aos judeus uma passagem segura e a comunicação regular com os que ficaram na Babilônia foi facilitada através do sistema de estradas reais persas. O governo persa também concedeu ajuda financeira para a construção do Templo e privilégios fiscais à força laboral. Os judeus, por seu lado, respondiam geralmente a este apoio manifestando confiança no governo imperial e cooperando plenamente com ele. Estes laços estreitos com as autoridades persas tiveram um impacto profundo no destino e no carácter de Jerusalém (Levine, 2002).

A Segunda Diáspora judaica ocorreu durante a expansão do Império Romano e foi precipitada pela Grande Revolta Judaica (66-73 d.C.) contra o domínio romano. A revolta culminou com o cerco e a destruição de Jerusalém pelo general romano Tito, no ano de 70 d.C, resultando na morte de milhares de judeus e na escravização de muitos outros. Após a destruição do Templo, os judeus foram dispersos por todo o Império Romano e além. Essa dispersão levou ao estabelecimento de comunidades judaicas em diversas regiões, incluindo a Babilônia, o Norte da África, a Europa e, posteriormente, a Península Ibérica (Schäfer, 2003).

É durante esses períodos de êxodos e exílios da história judaica, caracterizados pelas diásporas, que podemos relacionar como os principais pilares para a construção de como se é o judaísmo hoje, assim como a historiadora Tessa Rajak (2006) disserta em seu texto *The Jewish Diaspora*:

A era do Segundo Templo na história judaica, desde o regresso do cativo babilônico em 538 a.C. até ao saque romano de Jerusalém em 70 d.C., tem sido apropriadamente descrita como o período de “formação do judaísmo”. Muitas das características e instituições do judaísmo, tal como o entendemos, tomaram forma durante este período (Rajak, 2006, p. 53, tradução nossa).

Por séculos, desde o tempo de Abraão, os judeus acreditaram que a sua pátria lhes tinha sido prometida por Deus (Evans, 2008). As várias diásporas judaicas não conseguiram

acabar com o vínculo que os judeus possuíam com a sua terra natal, assim como Evans (2008) diz:

Os escritores bíblicos e os profetas exprimiram uma variedade de pontos de vista, enquanto se esforçavam por compreender os acontecimentos que dividiram o povo judeu entre os que estavam na pátria e os que estavam no exílio. Concordaram, no entanto, que o exílio não quebrou o vínculo dos judeus da diáspora com a terra natal (Evans, 2008, p. 1, tradução nossa).

É nesse contexto de separação de suas terras, que o movimento sionista utilizou como uma de suas bases e justificativas para a criação de suas ideias de um lar judeu. O Sionismo que surgiu na Europa nas duas últimas décadas do século XIX, visava o renascimento nacional do povo judeu na sua casa ancestral, após quase o contexto de dois mil anos de exílio e diáspora (Shlaim, 2014).

2.2 O que é o Movimento Sionista?

Durante as três décadas antecessoras à eclosão da Primeira Guerra Mundial, uma corrente político-ideológica tomava forma: o Sionismo. O termo Sionismo foi criado em 1885 pelo escritor austríaco Nathan Birnbaum (1864-1937) (Shlaim, 2014) nas páginas do jornal *Selbst-Emanzipation!* [Auto-Emancipação!] (Compact Memory, 1885). A nomenclatura vem de Sião, um dos nomes bíblicos que remete ao Monte Sião, a colina ao sudeste de Jerusalém que se encontrava o Templo de Salomão, que foi conquistada por Davi (Altman, 2023).

A doutrina sionista teve como seu fundador o jornalista judeu austro-húngaro Theodor Herzl (1860-1904). Ele é considerado o pai do Sionismo. A publicação do livro *O Estado Judeu* (*Der Judenstaat* no original) em 1896, “é comumente considerada como o marco que dá início à história do movimento sionista” (Shlaim, 2014, p. 123). De acordo com Avi Shlaim (2014), em seu livro *The Iron Wall*, Herzl era um judeu que não possuía nenhum interesse no judaísmo ou nos assuntos judaicos, isso mudou quando Herzl foi cobrir o Caso Dreyfus, na época ele era o correspondente em Paris de um jornal diário de Viena. Esse caso despertou o interesse de Herzl pelo problema judaico, devido ao antissemitismo exacerbado ao redor do evento (Shlaim, 2014), o Caso Dreyfus começa em 1894 e em 1896 sai o livro *O Estado Judeu*.

O caso ocorreu em 1894, quando o capitão do exército francês Alfred Dreyfus, de origem judaica, foi condenado por traição, após uma faxineira da embaixada alemã em Paris encontrar uma carta no lixo e entregá-la ao serviço secreto francês, “que concluiu existir um

traidor entre os oficiais franceses, responsável por espionagem a serviço dos alemães” (Vares, 2014, p. 493). Após o julgamento, Dreyfus foi condenado à prisão perpétua e enviado para a Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. O julgamento durou em torno de 12 anos e foi marcado por uma série de equívocos e evidências forjadas e, alguns anos após a condenação de Dreyfus, o processo foi reaberto e provado sua inocência (Vares, 2014). Esse caso, no entanto, trouxe uma grande onda de antissemitismo na França e propiciou o livre curso das ideias de Herzl durante os anos iniciais do caso (Altman, 2023).

É nesse cenário de crescimento do antissemitismo na Europa, que já ocorria desde acontecimentos como “a expulsão do judeus na Península Ibérica, a Inquisição católica e os progoms na Europa Oriental” (Altman, 2023, p. 41) e na história milenar de perseguição de judeus, que Herzl concluiu que “a única solução era os judeus deixarem a diáspora e adquirirem um território sobre o qual exerceriam a soberania e estabeleceriam um Estado próprio” (Shlaim, 2014, p. 123). Essa ideia, no entanto, não possuía consenso na comunidade judaica europeia como um todo, isso era devido ao fato de que muitos grupos eram integracionistas. Como Altman (2023) explica em seu livro *Contra o Sionismo: Retrato de uma Doutrina Colonial e Racista*:

Não havia consenso, na diáspora judaica, que se concentrava na Europa, especialmente em sua porção oriental, sobre a proposta de Herzl. Muitos grupos judaicos eram integracionistas e defendiam que as suas comunidades existissem incorporadas aos países para os quais seus antepassados tinham emigrado, mesmo que mantendo suas tradições, crenças religiosas e até mesmo o seu idioma. Essa corrente integracionista era composta tanto por grupos laicos quanto por certos ramos religiosos (Altman, 2023, p. 41).

Os grupos laicos mencionados por Altman (2023) tinham como base a concepção de que o fim do antissemitismo estaria associado à superação da sociedade de classes, e não a uma solução vinda de ideias raciais, já que eles eram influenciados pelos pensamentos marxistas da época. Já os judeus religiosos, mais vinculados ao judaísmo ortodoxo, acreditavam que o fim das diásporas e a reconstrução do Reino de Israel viria após a chegada do Messias (Altman, 2023).

Acabaram por justificar a sua espera através de uma ideologia que incluía a crença de que um dia o seu Messias viria, e seria o Messias que os conduziria de volta à sua terra sagrada. Durante todos estes séculos, o povo judeu viu o mundo com olhos profundamente religiosos. Não pensavam no seu regresso como um ato político. Acreditavam que, quando o Messias viesse, o regresso à Terra de Israel faria parte da sua tão esperada redenção (Epstein, 2016, p. 19, tradução nossa).

Lawrence J. Epstein (2016) expõe em seu livro *The Dream of Zion: The Story of the First Zionist Congress* que os judeus ortodoxos “consideravam insolente e blasfemo que um ser humano usurpasse o papel do Messias na condução dos judeus de volta à sua terra natal” (Epstein, 2016, p. 52).

Para Herzl, as ideias integracionistas não poderiam funcionar, porque os judeus eram uma nação (Shlaim, 2014). O problema judaico não era social, econômico ou religioso, e sim um problema nacional. Nesse sentido, a única solução para Herzl era que os judeus deixassem a condição de diáspora e de assimilação com outras culturas e adquirissem um território sobre o qual exerceriam a soberania e estabeleceriam um Estado para todo o povo judeu (Shlaim, 2014). O conceito de judeus como um povo, porém, é questionado por Altman (2023) em seu livro *Contra o Sionismo*, quando ele traz a fala do pesquisador Shlomo Sand (2013), que diz que a associação de judeus como um povo foi criação do próprio movimento sionista para legitimar suas ideias:

O judaísmo como raiz étnica foi forjado pelo sionismo para dar sustentação ao seu projeto. Os judeus se constituem de vários povos com culturas e histórias distintas, formados também por grupos convertidos que assumiram uma mesma identidade religiosa, mas a homogeneidade como um povo desprovido de território era indispensável para o raciocínio sionista (Sand *apud* Altman, 2023, p. 45).

A associação de judeus como um povo que não possui território, é um dos principais catalisadores para a adoção do pensamento sionista. É nesse cenário, de oposição por parte de alguns grupos e de aceitação por outros, que, em 1897, se é feito o Primeiro Congresso Sionista, em Basileia, na Suíça, orquestrado e conduzido por Theodor Herzl. O congresso teve como um de seus principais objetivos “criar para o povo judeu um lar na Palestina garantido pelo direito público”, (Shlaim, 2014, p. 124), assim como escrito no Programa da Basileia, manifesto contendo os objetivos do Sionismo discutidos no congresso.

No Primeiro Congresso Sionista, foi um marco histórico do Sionismo, pois foi quando se “definiram os objetivos políticos do movimento, adotaram um hino nacional, criaram os instrumentos legais e financeiros que conduziram à criação de um Estado e que marcou a reentrada do povo judeu na história política” (Epstein, 2016, p. 7) e quando, também, surgiu a Organização Sionista Mundial, que tinha “a missão de impulsionar o fluxo imigratório judaico para a Palestina, organizando comunidades agrícolas e cidades que fossem alterando a demografia do território, preparando as condições para o sonho étnico-nacional partilhado por correntes sionistas de várias colorações” (Altman, 2023, p. 50). Esse congresso foi estopim para darem os passos iniciais para a criação do que viria a ser o Estado de Israel:

O Congresso inseriu-se na história. Tinha renovado uma identidade nacional para o povo judeu e proporcionado unidade àqueles que procuravam essa nação. Criou um programa sionista e estabeleceu uma Organização Sionista, dois passos indispensáveis no caminho para a criação de um Estado (Epstein, 2016, p. 116, tradução nossa).

Os congressos passaram a ocorrer anualmente e, em alguns casos, duas vezes por ano. A questão principal que emergiu durante o primeiro congresso era decidir em qual local o lar judeu iria se instalar. De acordo com Altman (2023), foi sugerido e levado à consideração alguns locais como o Congo, Uganda e Patagônia, na Argentina, por se constituírem lugares demograficamente vazios, com pouca população nativa. No entanto, a maioria dos delegados decidiu pela Palestina, a terra ancestral (Altman, 2023).

É de extrema importância salientar, no entanto, que os primeiros sionistas tinham total consciência de que a Palestina não era desabitada, muitos apenas escolhiam dar pouca importância a esse fato, como traz Ilan Pappé (2006) em seu livro *A Limpeza Étnica da Palestina*:

Na verdade, para muitos sionistas, a Palestina nem sequer era uma terra “ocupada” quando lá chegaram pela primeira vez em 1882, mas sim uma terra “vazia”: os palestinos nativos que lá viviam eram em grande parte invisíveis para eles ou, se não, faziam parte das dificuldades da natureza e, como tal, deveriam ser conquistadas e removidas (Pappé, 2006, p. 28).

Avi Shlaim (2014) ainda fala sobre uma missão enviada à Palestina logo após o primeiro congresso. Dois representantes sionistas viajaram à Palestina para investigar o local e trazerem suas análises. O retorno veio através de um telegrama que dizia: “A noiva é linda, mas é casada com outro homem” (Shlaim, 2014). Os sionistas, como prossegue o autor, tinham total consciência desse problema, eles apenas subestimaram essa questão, deduzindo que seria algo que poderia ser resolvido com o tempo (Shlaim, 2014).

Um ponto final a se destacar, é que o movimento sionista nunca previu que um nacionalismo árabe poderia se formar no momento em que os judeus comesçassem a se estabelecer nas terras palestinas, pois, até o final do século XIX, “a Palestina era uma província distante do Império Otomano e um movimento nacional árabe estava apenas a começar a desenvolver-se ali” (Shlaim, 2014, p. 125).

A principal jogada de Herzl, para conseguir instalar-se na Palestina e fazê-la ser o lar de todos os judeus, era se aliar às grandes potências. Inicialmente, seu empenho maior estava em se aliar ao Império Otomano, em busca de uma “autorização para o assentamento judaico

e uma pátria judaica na Palestina” (Shlaim, 2014, p. 125). Mas, Herzl, foi além do Oriente Médio, buscando alianças com outras potências visando conseguir apoio para a causa sionista:

Ele também abordou muitos outros líderes mundiais e magnatas influentes em busca de ajuda na promoção do seu projeto favorito. Entre aqueles que lhe concederam audiência estavam o papa, o rei da Itália, o kaiser alemão e Joseph Chamberlain, o secretário colonial britânico. Em cada caso, Herzl apresentou o seu projecto da forma mais bem calculada para apelar ao ouvinte: ao sultão ele prometeu capital judaico, ao kaiser insinuou que o território judeu seria um posto avançado de Berlim, a Chamberlain ofereceu a possibilidade de que o território judeu se tornaria uma colônia do Império Britânico (Shlaim, 2014, p. 125-126, tradução nossa).

À vista disso, obter o apoio das grandes potências se tornou o objetivo principal de Herzl, que julgou que essa seria a forma mais eficaz de estabelecer a Palestina como um centro político para o povo judeu (Shlaim, 2014):

Na sua fase formativa, sob a direcção de Herzl, o movimento sionista exibiu assim duas características que seriam de importância fundamental e duradoura na sua história subsequente: o não reconhecimento de uma entidade nacional palestina e a procura de uma aliança com uma grande potência externa ao Médio Oriente (Shlaim, 2014, p. 126, tradução nossa).

Shlaim (2014) conclui que “o movimento sionista alcançaria o seu objetivo, não através de um entendimento com os palestinos locais, mas através de uma aliança com a grande potência dominante da época, o Reino Unido (Shlaim, 2014, p. 126). É essa estratégia, de tornar potências regionais e mundiais suas aliadas, o elemento central no processo sionista de alcançar a conclusão do seu projeto final: a criação do Estado de Israel.

3. O Papel do Reino Unido (1917-1948)

Nessa seção, será abordado o papel central do Reino Unido na construção e consolidação do Estado de Israel. Primeiramente, será discutida a Declaração Balfour (1917), analisando como os sionistas, sob a liderança de Chaim Weizmann, buscaram apoio britânico para seu projeto na Palestina, enquanto o Reino Unido fazia promessas contraditórias aos líderes árabes da região. Em seguida, no tópico 3.2, será examinado o Mandato Britânico na Palestina (1920-1948), abordando desde sua idealização e formalização nas conferências de Paris e San Remo até as tensões entre judeus e árabes, marcadas por revoltas como a de Nabi Musa (1920), a Revolta do Muro das Lamentações (1929) e a Grande Revolta Árabe (1936-1939). Serão discutidas, também, as tentativas britânicas de mediação dessas revoltas, como o Livro Branco de Passfield (1930), o Plano Peel (1937) e o Livro Branco de

MacDonald (1939). Por fim, no último tópico do capítulo, serão explicados os eventos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial que ocasionaram no Plano de Partilha da Palestina.

3.1 O Reino Unido e a Declaração Balfour

O Sionismo, como apontado por Shlaim (2014), teve como sua principal estratégia para a criação de Israel, a formação de uma aliança com a potência dominante da época, que pudesse apoiar e garantir o alcance dos objetivos sionistas:

A grande potência dominante no Oriente Médio mudou várias vezes ao longo do século XX: primeiro foi o Império Otomano, depois da Primeira Guerra Mundial foi o Reino Unido e após a Segunda Guerra Mundial foram os Estados Unidos. Mas a fixação sionista em conseguir o apoio das grandes potências na luta pela criação de um Estado e na consolidação do Estado permaneceu constante (Shlaim, 2014, p. 126, tradução nossa).

Em seu ensaio *Zionist Colonialism in Palestine*, o professor e diplomata Fayez A. Sayegh (1965) discorre sobre as tentativas que o movimento sionista fez em busca de conseguir uma autorização formal e legítima das potências para estabelecer assentamentos na Palestina. A primeira tentativa ocorreu com o Império Otomano, que controlava a política e as fortunas da Palestina e, após tentativas de conseguir suporte de outras forças regionais, os esforços sionistas dirigiram-se ao Reino Unido, apesar de, inicialmente, não terem tido os resultados esperados:

Abordagens diretas às autoridades otomanas foram feitas; promessas lucrativas de subsídios e empréstimos financeiros foram balançadas diante dos olhos do sultão; e as potências europeias foram incentivados a interceder [...] em nome da Organização Sionista, a fim de persuadir o sultão a conceder à Organização uma Carta para um assentamento sionista autônomo na Palestina. [...] Ainda outras tentativas foram feitas para obter permissão do governo britânico para estabelecer um assentamento sionista na Península do Sinai, como um degrau a mais para a colonização na Palestina. Mas nenhum desses esforços deu frutos (Sayegh, 1965, p. 7, tradução nossa).

Como um parêntese, é importante ressaltar o conceito de “grande potência” utilizado para explicar o discorrer deste trabalho. De acordo com Barry Buzan (2018) em *Great Powers*, uma “superpotência” – ao longo dessa pesquisa, o termo será referido como “grande potência” – precisa cumprir alguns critérios rigorosos, que envolvem influência abrangente e capacidade de atuação em escala global. Um Estado nessa posição precisa dominar o cenário

político-militar (dentro dos padrões de sua época) e ter uma economia forte o suficiente para sustentar esse poder (Buzan, 2018). Além disso, essa categoria de potência deve projetar força militar e influência política em todo o mundo, sendo vista e aceita pelas demais como uma potência de primeiro escalão e, também, participar dos processos de securitização e dessecuritização em todas (ou quase todas) as regiões do sistema, seja como ameaça, aliadas ou interventoras. Historicamente, no século XIX, apenas o Reino Unido preencheu plenamente esses requisitos. Após a Primeira Guerra Mundial, o título passou a ser dividido entre Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética. E com o fim da Segunda Guerra, apenas Estados Unidos e União Soviética mantiveram o status (Buzan, 2018).

Retomando, após o marco histórico que foi o Primeiro Congresso Sionista em 1897, que deu base para os objetivos e determinações do movimento, o Sionismo tinha feito pouco progresso nos anos que se seguiram, no sentido de fazer funcionar o seu elaborado plano de colonização, e tinha tido ainda menos sucesso nos seus esforços políticos para obter autorização e facilidades governamentais para a colonização na Palestina. É entre os anos de 1907 e 1908 que foi inaugurada uma nova fase de colonização sionista, sem a autorização prévia ou patrocínio de uma potência europeia que eles tanto buscavam (Sayegh, 1965).

Altman (2023) discorre sobre essa nova fase de ocupação da Palestina pelos sionistas. Ele explica que os sionistas não iniciaram sua invasão através de força militar, mas sim mediante o poder comercial e financeiro. Ele explica que “a Organização Sionista Mundial arrecadava dinheiro junto à burguesia judaica da Europa Ocidental e depois dos Estados Unidos. Criava fundos, e esses fundos compravam terras na Palestina e financiavam a migração de judeus da Europa Oriental e também da África” (Altman, 2023, p. 50). Complementando, Ilan Pappé (2006) explica que os primeiros judeus colonos colocavam a maioria - se não todos - os seus recursos e iam comprando essas terras árabes “numa tentativa de entrar no mercado de trabalho local e criar redes sociais e comunitárias que pudessem sustentar o seu grupo ainda pequeno e economicamente vulnerável de recém-chegados” (Pappé, 2006, p. 31).

A eclosão da Primeira Guerra Mundial marca um momento-chave no cenário político, pois, até a Primeira Guerra Mundial, a política britânica no Oriente Médio girava em torno da manutenção da integridade do Império Otomano como seu aliado (Sayegh, 1965), porém com a guerra e o alinhamento dos otomanos às Potências Centrais, esse cenário inicial tomou novo rumo. Foi uma ocasião oportuna para que o Movimento Sionista buscasse estabelecer uma aliança com o Reino Unido (Sayegh, 1965):

A guerra preparou o cenário para uma aliança — concluída em 1917 — entre o imperialismo britânico e o colonialismo sionista, que, durante os trinta anos seguintes, abriu os portões da Palestina aos colonizadores sionistas, facilitou o estabelecimento de uma comunidade de colonos sionistas e abriu caminho para a desapropriação e expulsão do povo árabe da Palestina e a criação do Estado colonizador sionista em 1948 (Sayegh, 1965, p. 8-9, tradução nossa).

O principal aliado do movimento sionista e que possibilitou e orquestrou a aliança com os britânicos foi Chaim Weizmann (1874-1952). Em 1904, um acontecimento marcou um novo rumo do movimento sionista: aos 44 anos, Theodor Herzl, a principal influência até então, falece decorrente de uma doença cardíaca — e, a partir daquele momento, Weizmann se torna um novo líder dentro do Sionismo. Weizmann nasceu em Pinsk, durante o Império Russo, e depois virou professor de química em Genebra, na Suíça, entre 1901 e 1903. Desde o início do movimento sionista, Weizmann era um corpo presente, participando de vários congressos durante os passos iniciais do Sionismo. Ele se torna um grande promotor da causa ao fazer contatos nos mais altos círculos políticos ao se mudar para Londres, durante a Primeira Guerra Mundial, para dirigir um laboratório que o governo britânico havia criado para melhorar a produção de armamento (Shlaim, 2014).

Utilizando de sua influência entre os britânicos, Weizmann transferiu a maior parte dos seus esforços para alcançar o apoio do Reino Unido para o projeto sionista na Palestina. Porém, à medida em que suas negociações com o Império Britânico se tornaram mais profundas e complexas durante a Primeira Guerra Mundial, menor foi a atenção que ele dedicou às dificuldades locais com os árabes palestinos (Shlaim, 2014). Weizmann, assim como uma grande parcela dos sionistas, subestimou a possibilidade de uma resistência árabe à colonização judaica na Palestina:

Ele não tinha conhecimento direto do problema árabe e nenhuma política própria para lidar com ele. Em geral, parecia-lhe que os árabes da Palestina não eram uma comunidade política separada com aspirações nacionais próprias, mas uma pequena fração da grande nação árabe, ele também esperava que o interesse econômico próprio moderasse a oposição ao sionismo (Shlaim, 2014, p. 131, tradução nossa).

Para conquistar o apoio britânico para a comunidade judaica na Palestina que ele queria formar, ele minimizou o perigo de uma resistência árabe. Shlaim (2014) ainda diz que “a atitude de Weizmann em relação aos árabes palestinos foi moldada pela sua estratégia mais ampla de ganhar o apoio britânico para o sionismo” (Shlaim, 2014, p. 132). Para defender sua ideia e propósito de um lar judaico, Weizmann deu ênfase a como seria uma tremenda vantagem ter uma nação amiga numa região de grande importância estratégica como o Oriente Médio, que era um grande interesse do Império Britânico (Shlaim, 2014).

No texto de Joe Stork (1972), *Understanding the Balfour Declaration*, ele disserta sobre como os britânicos também não antecipavam uma grande revolta árabe e acreditavam que um Estado árabe autônomo no Oriente Médio, que devesse sua independência ao Império Britânico, seria extremamente vantajoso. Desde 1882, os ingleses ocupavam o Egito, assegurando o Canal de Suez, sua rota vital para a Índia, mas exerciam pouca influência sobre as regiões árabes, com exceção do Golfo Pérsico (Stork, 1972). No contexto da guerra, o governo britânico buscava, no imediato, garantir o apoio dos líderes árabes contra os otomanos, enquanto, em perspectiva futura, almejava consolidar seu domínio político e econômico sobre essa área estratégica. O ingresso do Império Otomano à Primeira Guerra Mundial, aliado às Potências Centrais, alterou a postura da elite e do governo britânico em relação à Palestina (Stork, 1972).

É nesse cenário que os britânicos fazem duas promessas contraditórias entre si, prometendo a 'Terra Prometida' não uma, mas duas vezes. Em “*The Balfour Declaration And its Consequences*”, escrito em 2005 por Avi Shlaim, ele explica como a primeira promessa é feita ao Xarife de Meca, Hussein bin Ali (1854-1931), em 1915, que garantia o apoio britânico à criação de um reino árabe independente sob comando do Xarife em troca de uma revolta contra o Império Otomano, aliado dos alemães na guerra (Shlaim, 2005). Shlaim (2005) prossegue detalhando que “a promessa estava contida em uma carta datada em 24 de outubro de 1915 de Sir Henry McMahon, o Alto Comissário Britânico no Egito, ao Xarife de Meca, no que mais tarde ficou conhecido como correspondência McMahon-Hussein. O Xarife de Meca presumiu que a promessa incluía a Palestina” (Shlaim, 2005, p. 251).

A segunda promessa feita pelo Império Britânico foi à França. Em maio de 1916, foi firmado em segredo o Acordo Sykes-Picot entre o Reino Unido e a França, com apoio do Império Russo, representado por Sergey Sazonov (1860-1927), entre os diplomatas Mark Sykes (1879-1919), britânico, e François Georges-Picot (1870-1951), francês, para delimitar áreas de influência e fronteiras no Oriente Médio em caso de colapso do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, que já era previsto pelas nações. Nesse acordo, a Palestina estaria sob regime internacional, devido ao seus locais e cidades sagradas (Shlaim, 2005).

A Revolta Árabe contra os otomanos, liderada pelo Xarife de Meca, iniciou-se em junho de 1916 e durou até 1918. Este movimento, com o objetivo de alcançar a independência árabe e a criação de um Estado árabe unificado — como havia sido prometido pelos britânicos —, contava com o apoio total de que, ao final da guerra, seriam considerados um governo árabe independente (Sayegh, 1965). O historiador Jonathan Schneer (2010), em seu livro *The Balfour Declaration: The Origins Of The Arab-Israeli Conflict*, menciona ainda que

Weizmann se encontrou com Mark Sykes para firmar uma parceria que poderia ser benéfica para ambos: Weizmann conseguiria o oficial do alto escalão do governo com quem os sionistas poderiam trabalhar mais efetivamente e Sykes, representando os britânicos, teria em Weizmann o sionista que ele estava procurando para ter o apoio judaico em suas ambições com a Palestina (Schneer, 2010).

No início de 1917, Weizmann e seus aliados estabeleceram a conexão crucial com Sir Mark Sykes, um passo gigantesco para conquistar o apoio dos políticos britânicos para uma pátria judaica na Palestina. Durante esse mesmo período, Xarife Hussein e seus filhos conquistaram o apoio britânico para o estabelecimento de um reino árabe, parte do qual, eles aparentemente esperavam, incluiria a Palestina. Com o incentivo britânico, lançaram sua rebelião contra o Império Otomano no início de junho de 1916 (Schneer, 2010, p. 222).

É nesse contexto, que a Declaração de Balfour surge. Em 2 de novembro de 1917, o secretário britânico de Relações Exteriores, Arthur J. Balfour (1848-1930) envia uma carta dirigida a Lionel W. Rothschild (1868-1937), conhecido como Barão de Rothschild, banqueiro de família influente e o líder da comunidade judaica do Reino Unido. Essa declaração, disponível no Anexo - A, expressa o apoio britânico ao projeto sionista de estabelecimento de um lar judeu na Palestina:

É com grande prazer que vos transmito, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia, que foi submetida ao Gabinete e por ele aprovada: O Governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e envidará todos os esforços para facilitar a realização deste objetivo, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país (Balfour, 1917, *apud* Shlaim, 2005, p. 251).

Em *A History of Palestine: From the Ottoman Conquest to the Founding of the State of Israel*, o autor Gudrun Krämer (2002) discorre um pouco sobre os detalhes contidos na Declaração. É perceptível que é omitido explicitamente os direitos políticos dos árabes palestinos:

A carta foi redigida com extremo cuidado. Observe os direitos explicitamente declarados e aqueles não mencionados, referente aos grupos populacionais em questão; os direitos do povo judeu "na" Palestina, não para toda a Palestina; a adoção do termo "lar nacional", mencionado pela primeira vez no Primeiro Congresso Sionista em 1897 e desconhecido no direito internacional, que permitiu interpretações de longo alcance sem impor quaisquer obrigações específicas aos britânicos. Mais importante ainda, a carta fala de um "povo judeu", mas se refere aos árabes muçulmanos, cristãos e drusos na Palestina como "comunidades não

judaicas", um mero grupo residual formado com base nessa diferença (Krämer, 2002, p. 150).

Essa carta representou uma grande vitória para o movimento sionista e teve um impacto revolucionário na história do Oriente Médio e da Palestina. A declaração, como Shlaim (2005) afirma, “transformou completamente a posição do incipiente movimento sionista frente a frente aos árabes da Palestina e proporcionou uma proteção que permitiu aos sionistas avançarem firmemente para o seu objetivo final de criar um Estado judeu independente na Palestina” (Shlaim, 2005, p. 251). Essa declaração, no entanto, contradizia as promessas feitas anteriormente pelo governo britânico aos árabes:

A promessa pública do Reino Unido aos judeus não podia ser conciliada nem com sua promessa anterior a Hussein, o Xarife de Meca, de apoiar o estabelecimento de um reino árabe independente após a guerra em troca de uma revolta árabe contra o Império Otomano, nem com o acordo secreto Sykes-Picot de 1916 para dividir o Oriente Médio em esferas de influência britânica e francesa no caso de uma vitória dos Aliados (Shlaim, 2014, p. 128, tradução nossa).

Como Ilan Pappé (2006) também explica, assim que Balfour prometeu estabelecer um lar nacional para os judeus na Palestina, em 1917, “ele abriu a porta ao conflito interminável que em breve engoliria o país e o seu povo. No compromisso que fez em nome do seu governo, Balfour prometeu proteger as aspirações da população não-judia – uma estranha referência à vasta maioria nativa – mas a declaração colidiu precipitadamente com as aspirações e os direitos naturais dos palestinos à nacionalidade e independência” (Pappé, 2006, p. 30). Um mês após a Declaração de Balfour ter sido publicada, o até então acordo secreto de Sykes-Picot foi exposto publicamente em um jornal, - em um gesto unilateral dos russos, após o país renunciar suas vantagens do pacto devido à Revolução Russa em 1917 - o que acentuou violentamente o sentimento nacionalista árabe (Schneer, 2010; Loevy, 2016).

Mas, se para os árabes as declarações e acordos foram recebidos com maus olhos e causou revolta, para Weizmann e os sionistas ela foi uma chave que permitiria que as portas Palestina fossem abertas para que os judeus virassem os senhores do território (Shlaim, 2005). Nos últimos momentos da guerra, o movimento sionista e Weizmann mantinham todos os seus esforços para consolidar o apoio britânico ao tão sonhado lar nacional judaico, enquanto os britânicos estavam buscando manobrar os acordos anteriores para garantir o controle exclusivo da Palestina, ignorando em parte as promessas feitas aos árabes e aos franceses, como explica Sayegh (1965):

Esses acordos, no entanto, se mostraram incômodos para os políticos britânicos mais adeptos do império, pois ameaçavam aproximar perigosamente a França das vias orientais do Canal de Suez. E como os sentimentos de insegurança dos britânicos estavam fortes devido às recentes experiências de guerra, passou-se a entender que não apenas o Sinai, mas também a Palestina, precisavam ser protegidos para que o Canal pudesse ser tornado seguro. O acordo anglo-francês de 1916, que previa a internacionalização da maior parte da Palestina, passou, portanto, a ser visto com alarme por estadistas britânicos [...] (Sayegh, 1965, p. 12).

Nesse cenário, consolida-se de vez a posição do Reino Unido como potência dominante na Palestina - condição que permitiria ao movimento sionista, finalmente, implementar seu ambicioso projeto de colonização em massa do território palestino, agora sob a tutela e proteção de uma grande potência imperial (Sayegh, 1965). Ambos o imperialismo britânico e o colonialismo sionista seriam beneficiados dessa união em busca de seus objetivos na Palestina e Weizmann conseguiu cumprir o objetivo de Herzl de formar uma aliança entre o sionismo e uma potência europeia (Schneer, 2010):

O Reino Unido teria a garantia de que uma comunidade de colonos sionistas em dificuldades permaneceria indefinidamente dependente da proteção britânica e continuaria a exigir (e justificar) a presença britânica na Palestina; enquanto, por sua vez, o sionismo também teria a garantia de que o Reino Unido, vinculado internacionalmente por seu compromisso de facilitar a colonização sionista, forneceria à comunidade de colonos sionistas a proteção necessária, durante os estágios formativos de seu estabelecimento, contra a esperada oposição árabe. A aliança de conveniência e necessidade mútua, que unia o imperialismo britânico e o colonialismo sionista, estava completa (Sayegh, 1965, p. 13).

A Declaração de Balfour de 1917 foi o marco principal para a legitimação internacional necessária que o Sionismo precisava. Ela oficializou o reconhecimento de uma grande potência ao movimento sionista que acreditava no direito dos judeus a um lar nacional na Palestina, marcando assim o fortalecimento político do movimento sionista, que passou a usar o documento como base jurídica para suas reivindicações. Foi nesse momento que os sionistas solicitaram então uma conferência que entregasse o Mandato da Palestina ao Império Britânico. A Declaração de Balfour, que expressava o compromisso para com os judeus, foi então incorporada ao texto do Mandato da Palestina pelos britânicos (Sayegh, 1965; Pappé, 2006), e é nesse momento, nos tempos finais da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que o Reino Unido inicia o período de dominação na Palestina - reconhecido internacionalmente - que perdurou por mais de duas décadas.

3.2 O Mandato Britânico na Palestina

Em dezembro de 1917, o Império Britânico capturou Jerusalém e deu fim ao domínio otomano na região. Mas foi só em 30 de outubro de 1918 que ficou marcado o fim das hostilidades no Oriente Médio entre o Império Otomano e os Aliados da Primeira Guerra Mundial, com a assinatura do Armistício de Mudros, assinado em Mudros, na ilha de Lemnos, no leste do Mediterrâneo, como Shamir Husan (2014) explica em seu texto *The Zionist Project And The British Mandate In Palestine*. Em 30 de janeiro de 1919, durante a Conferência de Paz de Paris, o Conselho Supremo decidiu que as províncias árabes conquistadas, incluindo a Palestina, não seriam restauradas ao domínio otomano. Foi nessa conferência que se idealizou a Liga das Nações, que viria a aprovar e legitimar o Mandato Britânico na Palestina em 1922 (Husan, 2014). Weizmann também participou da Conferência de Paz em Paris, como o representante da delegação sionista, e lá expressou suas opiniões e aspirações pelo lar judaico (Shlaim, 2014):

Quando Weizmann foi questionado na Conferência de Paz de Paris sobre o que significava um lar nacional judaico, ele respondeu com a famosa frase: "Tornar a Palestina tão judaica quanto a Inglaterra é inglesa". Ele teve o cuidado, porém, de não falar abertamente em termos de um Estado, para não dar substância à acusação de que a minoria judaica planejava se impor sobre a maioria árabe. Embora um Estado judeu com uma maioria judaica fosse seu objetivo final e imutável, ele acreditava em trabalhar para atingir esse objetivo de forma gradual, evolutiva e não provocativa (Shlaim, 2014. p. 130, tradução nossa).

Além disso, Weizmann foi um personagem chave para manter a promessa dos britânicos em propiciar o lar judeu, já que o reconhecimento internacional da Declaração de Balfour enfrentava oposição de algumas nações, como explica Shlaim (2005):

Embora a participação de Chaim Weizmann na obtenção da Declaração de Balfour possa ter sido exagerada, seu papel em manter o Reino Unido fiel à sua promessa precipitada de guerra foi de importância crucial. Para a Conferência de Paz realizada em Versalhes em janeiro de 1919, Weizmann foi como chefe da delegação sionista. Seu objetivo era garantir a permanência dos britânicos na Palestina. Na conferência, ele defendeu a ratificação internacional da Declaração de Balfour. Mas, na conferência de San Remo, em abril de 1920, o representante francês se opôs à inclusão da Declaração de Balfour no texto do mandato sobre a Palestina. Foi necessária uma forte pressão britânica para persuadir a Liga das Nações a incorporar o compromisso de estabelecer um lar nacional judaico nos termos do mandato britânico para governar a Palestina (Shlaim, 2005, p. 255, tradução nossa).

Com a captura de Jerusalém, o Reino Unido assumiu o controle do território palestino, inicialmente sob domínio militar. No entanto, em 1920, após a Conferência de San Remo, a Palestina passou a ser administrada por um governo civil, consolidando o controle britânico sobre a região (Husan, 2014). Galit Chantrell (2019), autora da pesquisa *The San Remo*

Conference 1920: its meaning and memory, explica que a Conferência de San Remo, realizada em 25 de abril daquele ano, contou com a presença das quatro principais potências aliadas da Primeira Guerra Mundial, representadas pelos primeiros-ministros do Reino Unido, França, Itália e Japão. Nela, foi definida a divisão de quais nações exerceriam o controle e a administração dos territórios que o Império Otomano perdera na guerra. Foi quando concederam a aprovação diplomática ao Império Britânico de controle do território da Palestina (Chantrell, 2019).

Complementando, no livro *One Palestine Complete*, Tom Segev (2014) expõe que um pouco antes da Conferência de San Remo, outro fator contribuiu para a aprovação da administração civil: as rebeliões de Nebi Musa de 1920. Essas rebeliões, que foram iniciadas por árabes nacionalistas contra judeus e autoridades britânicas, aconteceram entre os dias 4 e 7 de abril durante o festival Nebi Musa, realizado todos os anos no domingo de Páscoa, em Jerusalém. O governo militar britânico, que estava sob o comando do General Louis Bols (1867-1930), foi criticado por não conseguir impedir a violência, expondo as fraquezas do regime militar onde “soldados agiam de acordo com ordens diferentes, visões de mundo divergentes entre os militares e intuições pouco confiáveis” (Segev, 2014, p. 141). Isso acelerou a decisão do Reino Unido de estabelecer uma administração civil mais forte (Segev, 2014; Chantrell, 2019).

No texto do Mandato, foi incorporada a Declaração de Balfour, que dizia que os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas não seriam afetados com a chegada de judeus migrantes e que a Palestina seria o lar nacional deles. À vista disso, as coisas pareciam tomar um rumo decididamente melhor do ponto de vista sionista. Com a conclusão da Conferência de San Remo, os termos da divisão dos territórios otomanos foram definidos e o mandato para a Palestina foi atribuído ao britânicos (Segev, 2014; Chantrell, 2019):

Assim que a Conferência de San Remo terminou, um telegrama foi enviado ao comandante militar britânico na Palestina, General Bols, instruindo-o a informar aos chefes de todas as comunidades da Palestina que as Principais Potências Aliadas na Conferência de San Remo haviam atribuído o mandato da Palestina à Grã-Bretanha e também endossado a Declaração de Balfour. As decisões de San Remo consequentemente encerraram a administração militar britânica na Palestina e um administrador civil foi nomeado. Stein descreve as decisões de San Remo como "o ponto de partida do novo regime" (Chantrell, 2019, p. 29, tradução nossa).

No livro *The High Walls of Jerusalem: A History of the Balfour Declaration and the Birth of the British Mandate for Palestine*, Ronald Sanders (1983) explica que, no final de abril de 1920, o governo britânico apontou Herbert Samuel (1870-1963), judeu sionista e

ex-ministro, como o primeiro Alto Comissário Civil para a Palestina. Embora o Mandato tenha sido aprovado em princípio na Conferência de San Remo, o Império Britânico continuou operando sob as regras de ocupação de guerra até o começo do segundo semestre do ano. A administração civil iniciou oficialmente em julho, quando “Samuel aceitou e assumiu o cargo com uma pequena cerimônia em Jerusalém no dia 1 de julho de 1920. Mais tarde naquele mês, Chaim Weizmann foi formalmente eleito presidente da Organização Sionista Mundial” (Sanders, 1983, p. 654), sua nomeação sinalizou a mudança da governança militar para a civil. Nesse mesmo mês, a Liga das Nações aprovou provisoriamente o rascunho do texto do Mandato, mas o governo britânico ainda não havia conseguido a ratificação formal pela Liga, que só viria acontecer em julho de 1922 (Shlaim, 2005).

Em relação a números populacionais, é importante ressaltar as diferentes mudanças que ocorreram à medida que a colonização judaica e sionista acontecia. Entre os anos de 1904 e 1914, cerca de 40 mil judeus migraram à Palestina, totalizando cerca de 6% da população (Pappé, 2006). Na época da publicação da Declaração de Balfour, a população judaica da Palestina aumentou para cerca de 56 mil, contra uma população de 600 mil árabes, ainda menos de 10%. Os árabes constituíam mais de 90% da população (Shlaim, 2014). A nova administração civil britânica na Palestina abriu mais ainda as portas para a migração judaica, ocasionando um aumento da população sionista e que levou a novas revoltas árabes na região (Husan, 2014).

O autor Fayez A. Sayegh (1952), em seu ensaio *The Palestine Refugees*, fala que “o objetivo final do sionismo era e é a transformação da Palestina em um Estado totalmente judeu. Isso envolve, entre outras coisas, o deslocamento dos árabes palestinos (Sayegh, 1952, p. 7). Ele explica que, sob a nova administração britânica, os sionistas continuaram com seus métodos de desapropriação gradual dos árabes, mas também estavam preparados militarmente para o momento em que circunstâncias mais favoráveis exigissem o uso de métodos violentos de deslocamento em massa (Sayegh, 1952). Ele traz um trecho do diário de Weizmann sobre como eram esses métodos sionistas:

Nós apenas seguimos em frente, de forma modesta, cega e persistente. Judeus se estabeleceram na Palestina e não foram expulsos. Eles compraram terras, às vezes por meio de laranjas, às vezes por suborno [...]. Casas foram construídas, em sonegação. Entre subornos e uma infinita variedade de subterfúgios, as primeiras pequenas colônias foram criadas. De alguma forma, as coisas foram feitas; não grandes coisas, mas o suficiente para aguçar o apetite e nos manter continuando fazendo isso (Sayegh, 1952, p. 7, tradução nossa).

Assim como mencionado por Pappé (2006), Altman (2023) e, agora, Sayegh (1952), esse método de colonização por viés econômico e financeiro era, inicialmente, a principal forma de assentamento sionista na Palestina (Pappé, 2006; Altman, 2023; Sayegh, 1952). Ao contrário do que supunham Weizmann e os sionistas, os árabes palestinos não se mantiveram politicamente passivos, e a ideia de que o conflito entre árabes e judeus seria resolvido no âmbito social e econômico mostrou-se equivocada (Shlaim, 2014).

A.J. Sherman (1997), em *Mandate Days: British Lives in Palestine 1918-1948*, explica sobre como a nomeação de Samuel como Alto Comissário, inicialmente, havia sido recebida com entusiasmo e altas expectativas pelos judeus, e com correspondente desgosto pelos árabes da Palestina. Mas, à medida em que a resistência árabe ia aumentando, os judeus passaram a observar que a grande nobreza que existia no caráter de Samuel, acabava tornando-o inapto a tomar as decisões difíceis que eram exigidas na Palestina, e que quando surgia uma questão entre as demandas judaicas e árabes, o Alto Comissário, na maior parte, acabava dando aos árabes tudo o que eles queriam (Sherman, 1997). Temendo novos ataques a comunidades judaicas, devido ao crescimento das insatisfações árabes, foi que surgiu o Haganá – uma milícia judaica clandestina criada para proteger os colonos sionistas – que praticou atos terroristas e que viria a se tornar o núcleo das Forças de Defesa de Israel, após o fim do mandato britânico (Sherman, 1997).

Em maio de 1921, outro grave surto de revoltas árabes ocorreu contra judeus. Desta vez, os tumultos começaram em Jaffa e se espalharam para outras partes do país, como Jerusalém. O motim resultou na morte de 47 judeus e 48 árabes, com 146 judeus e 73 árabes feridos (Sanders, 1983). O governo de Samuel considerou esta última manifestação de descontentamento árabe como resultado direto do grande fluxo de imigrantes judeus, que foi consequência da permissão de imigração praticamente livre, aprovada imediatamente no início do Mandato. Essa revolta ocasionou em uma proibição temporária da migração judaica para a Palestina:

O governo, portanto, decidiu impor uma proibição temporária à imigração judaica, e isso foi anunciado pela primeira vez pelo Alto Comissário em uma reunião com notáveis árabes. Os líderes sionistas ficaram tão consternados com a forma do anúncio quanto com o seu conteúdo. [...] A proibição foi suspensa dois meses depois, mas a imigração judaica continuou mais restrita do que era antes (Sanders, 1983, p. 655, tradução nossa).

Em complemento, outro fato que incomodava cada vez mais os sionistas nessa decisão foi a eleição, pelas autoridades britânicas e por Herbert Samuel, de Haj Amin al-Husseini

(1895-1974) como Grande Mufti, o mais alto cargo religioso muçulmano em Jerusalém. Os britânicos buscavam um líder religioso que pudesse ajudar a manter a ordem e moderar o nacionalismo palestino e julgaram que ele seria o líder mais cooperativo (Sanders, 1983). Essa avaliação em pouco tempo se mostrou equivocada, pois o Mufti acabou se tornando o principal oponente na Palestina das aspirações nacionais judaicas e, foi sob a liderança dele, que o movimento nacionalista palestino se transformou em uma força ativa e agressiva contra o sionismo (Shlaim, 2014).

Em junho de 1922, outro documento foi divulgado pelo governo britânico, desta vez formulado pelo Secretário Colonial, Winston Churchill (1874-1965), chamado “O Livro Branco de Churchill”. Foi uma tentativa de equilibrar os interesses conflitantes na Palestina, mas não satisfez nenhum dos lados completamente. No documento, no que diz respeito aos árabes, afirmou-se que as preocupações e as revoltas deles tinham como base, em parte, interpretações exageradas do significado da Declaração de Balfour (Sanders, 1983). Tentaram apaziguar os árabes ao esclarecer que:

Declarações não autorizadas foram feitas no sentido de que o objetivo em vista é criar uma Palestina totalmente judaica. Frases como a de que a Palestina deve se tornar “tão judaica quanto a Inglaterra é inglesa” foram usadas. O governo de Sua Majestade considera tais expectativas impraticáveis e não tem tal objetivo em vista. Eles gostariam de chamar a atenção para o fato de que os termos da Declaração mencionada não contemplam que a Palestina como um todo seja convertida em um Lar Nacional Judaico, mas que tal Lar seja fundado “na Palestina” (Churchill, 1922 *apud* Sanders, 1983, p. 656).

Quanto às apreensões judaicas, Sanders (1983) explica que o Livro declarava que a política britânica não pretendia impor uma identidade judaica a toda a população da Palestina. Em vez disso, o objetivo era apoiar o crescimento da comunidade judaica que já vivia ali, com ajuda de judeus de outros países, para que ela se tornasse um símbolo de união para o povo judeu no mundo todo — tanto por questões religiosas quanto culturais —, algo que pudesse inspirar orgulho e identificação. Além disso, para que esse projeto prosperasse, era essencial que a comunidade judaica entendesse "que sua presença na Palestina era um direito, não um favor por tolerância" (Sanders, 1983).

Em relação a imigração judaica para a Palestina, o Livro Branco afirmava que "essa imigração não pode ser tão grande em volume a ponto de exceder qualquer que seja a capacidade econômica do país na época para absorver novos chegados" (Churchill, 1922 *apud* Sanders, 1983, p. 658). Essa parte, no entanto, não gerou muita preocupação para Weizmann e os sionistas, pois era uma ideia que, por ser vaga, abria espaço para interpretações no futuro. Além disso, sugeria a criação de um Conselho Legislativo com representação baseada na

população existente, o que, dada a maioria árabe na época, daria a eles mais assentos do que aos judeus. Outra questão polêmica era a exclusão da Transjordânia do território destinado ao lar nacional judeu, então de acordo com o Livro, não seria permitido instalar assentamentos na região (Sanders, 1983).

Apesar dessas ressalvas, a Organização Sionista decidiu aceitar o Livro Branco, ainda que com descontentamento em relação a alguns pontos. Já a liderança árabe-palestina rejeitou completamente a proposta, o que acabou inviabilizando a formação do Conselho Legislativo. Sem acordo, os britânicos seguiram governando a Palestina sem uma assembleia representativa local (Sanders, 1983). Shlaim (2014) sintetiza que o documento limitou o apoio britânico ao lar nacional judaico de três maneiras significativas: “estabeleceu pela primeira vez critérios econômicos para a imigração judaica, propôs instituições eleitas baseadas na representação proporcional em vez da paridade, e excluiu a Transjordânia da área disponível para assentamento judaico” (Shlaim, 2014, p. 131). Pouco depois, em julho de 1922, o Mandato Britânico sobre a Palestina foi finalmente ratificado pela Liga das Nações, consolidando oficialmente o controle britânico sobre a região, mas sem resolver os conflitos entre as comunidades (Sanders, 1983).

Após esses eventos, seguiu-se um período de crescimento pacífico judaico na Palestina, durante o qual muitos sionistas passaram a acreditar que seu sonho de um lar judeu poderia ser realizado dentro da estrutura de boas relações com os árabes (Sanders, 1983):

Entre 1924 — quando a imigração para os Estados Unidos foi severamente restringida pela primeira vez — e 1926, cerca de cinquenta mil judeus entraram na Palestina; contudo, longe de causar atritos sérios, esse influxo coincidiu com uma época em que árabes e judeus pareciam estar descobrindo a amizade e a prosperidade mútua. No Décimo Quarto Congresso Sionista, em Viena, em 1925, Weizmann proclamou a Palestina como a parte mais tranquila do Oriente Médio (Sanders, 1983, p. 659, tradução nossa).

Mas os eventos de 1929, conhecidos como Revoltas do Muro das Lamentações, são considerados um ponto de virada na história do período do mandato, tanto para árabes quanto para judeus. Krämer (2002) explica, em seu capítulo *O Mufti e o Muro das Lamentações*, que os motins ocorreram entre os anos 1928 e 1929 e eclodiram no Muro das Lamentações, um dos locais sagrados para judeus e muçulmanos, embora de maneiras religiosas bastante diferentes. O Muro das Lamentações, uma parte de 28 metros de comprimento do muro que cercava o Templo de Herodes, tornou-se um símbolo das reivindicações e lamentações religiosas de judeus e muçulmanos (Krämer, 2002).

No artigo *The “Western Wall” Riots of 1929: Religious Boundaries and Communal Violence* de Alex Winder (2012), o autor inicia explicando que as revoltas começaram na cidade de Jerusalém, e que se espalharam para as cidades de Hebrom e Safed. Foi um momento marcante na história dos conflitos árabe-judaicos durante o Mandato Britânico, pois ocasionou em várias vítimas, de ambos os lados. Winder (2012) expõe que “em menos de uma semana - de 23 a 29 de agosto - a contagem oficial de baixas registrou 133 judeus mortos e 339 feridos, principalmente por manifestantes árabes, e 116 árabes mortos e 232 feridos, em sua maior parte pelas forças de segurança britânicas” (Winder, 2012, p. 6).

A eclosão da violência deu-se em meio ao crescente descontentamento dos palestinos em relação à política britânica de estabelecimento de um lar nacional judeu no território do Mandato e suas consequências, especialmente o aumento da imigração judaica e pela aquisição sistemática de terras por grupos sionistas, processos que pressionavam economicamente as comunidades árabes locais. O estopim direto dos confrontos, porém, foi a disputa pelo controle e uso do Muro das Lamentações (conhecido pelos muçulmanos como al-Buraq), local sagrado em Jerusalém, onde ambas as comunidades possuem um vínculo religioso muito forte, porém de formas distintas. Os judeus “consideram o Muro das Lamentações o último remanescente do Templo Judaico de Jerusalém, destruído pelos romanos no século I. Para os muçulmanos, é o local onde o Profeta Maomé amarrou seu corcel, al-Buraq, em sua jornada noturna a Jerusalém antes de ascender ao paraíso” (Winder, 2012, p. 12). Desde o início do Mandato Britânico, os sionistas vinham desafiando as restrições impostas pelos islâmicos, buscando ampliar seus direitos no local e provocando tensões crescentes com a comunidade muçulmana (Winder, 2012).

Em agosto de 1929, durante o feriado judaico Tisha B'Av jovens sionistas realizaram uma marcha nacionalista no Muro das Lamentações, erguendo a bandeira sionista e cantando o hino nacional judaico; os muçulmanos interpretaram essas ações como uma provocação (Winder, 2012). Em *The British in Palestine: The Mandatory Government and the Arab-Jewish Conflict 1917-1929*, de Bernard Wasserstein (1978), o autor explica que foi na sexta-feira do dia 23 de agosto, uma série de revoltas sangrentas e massacres de judeus contra árabes eclodiram em Jerusalém, espalhando-se para outras partes da Palestina e causando um grande número de mortes, feridos e destruição de propriedades. Na cidade de Hebrom, 67 judeus foram mortos por árabes, levando à evacuação da comunidade judaica da cidade, que só retornaria após 1967 (Wasserstein, 1978).

Essa revolta provou ser um ponto de virada nas relações de ambas as comunidades, como diz Sanders (1983) “a partir desse ponto, as esperanças de reconciliação entre judeus e

árabes na Palestina diminuíram rapidamente” (Sanders, 1983, p. 661). Como consequência desse massacre, em março de 1930, foi criada uma comissão britânica para investigar os tumultos na Palestina de agosto de 1929, a comissão produziu um relatório conhecido como Relatório da Comissão Shaw, que “chegou à conclusão de que a verdadeira causa dos tumultos foi a aflição árabe sobre as intenções judaicas na Palestina e apontou a imigração judaica, entre outras coisas, como uma fonte do problema” (Sanders, 1983, p. 661). O relatório foi emitido em março de 1930 e levou ao estabelecimento de um decreto que restringia a imigração judaica (Sanders, 1983).

Isso provocou intensas manifestações dos sionistas e, em agosto, a Comissão de Mandatos da Liga das Nações determinou que as autoridades britânicas eram os responsáveis pelos conflitos de 1929, por não terem garantido a segurança e o policiamento necessários (Sanders, 1983). Sob o comando de Sir John Hope Simpson, outra comissão investigativa britânica foi à Palestina, e produziu um relatório em outubro conhecido como Inquérito Hope Simpson. Suas conclusões foram incorporadas ao Livro Branco de Passfield, um documento oficial emitido por Sidney Webb (1859-1947), mais conhecido como Lord Passfield, o secretário colonial do governo de Ramsay Macdonald, o primeiro ministro britânico daquele período (Sanders, 1983). O Livro Branco de Passfield criticou a política trabalhista praticamente exclusiva dos judeus (onde não era concedido oportunidades de emprego para árabes), sugeriu o endurecimento da imigração judaica e pediu restrições à compra de terras pelos sionistas. Esse documento foi veemente condenado pelo movimento sionista, levando Chaim Weizmann, em forma de protesto, a renunciar seu cargo como presidente da Organização Sionista Mundial. Sob essa pressão sionista, o primeiro-ministro britânico Ramsay MacDonald enviou uma carta direcionada a Weizmann em fevereiro de 1931, se retratando das restrições e esvaziando o Livro Branco de Passfield para os sionistas (Sanders, 1983).

Em 1933, inicia-se uma nova onda de migração judaica à Palestina maior do que qualquer outra anteriormente - e por trás desse fluxo urgente estava um fator decisivo: a ascensão de Hitler como chanceler da Alemanha. Sanders (1983) expõe que “nos três anos seguintes [à chegada de Hitler no poder], mais de 150 mil judeus entraram no país. Em 1936, a população judaica da Palestina era de 384 mil; a população árabe, de 920 mil” (Sanders, 1983), ou seja, os judeus agora consistiam em, aproximadamente, 30% da população total da Palestina, o que resultou em uma nova onda de revoltas antijudaicas (Sanders, 1983). Nesse cenário, o Mandato Britânico na Palestina - que desde seu início já enfrentava forte oposição - vai enfraquecendo cada vez mais:

A história política da Palestina após o início do Mandato foi tempestuosa. O incidente do Muro das Lamentações em 1929 deu origem a distúrbios violentos, conflagrações entre judeus e árabes tornaram-se frequentes e a ascensão de Hitler na Alemanha e o conseqüente êxodo judaico trouxeram ondas de imigração de judeus para a Palestina. A atitude árabe endureceu e eles se revoltaram em 1937. A rebelião durou até 1939, quase até a eclosão da Segunda Guerra Mundial (Husan, 2014, p. 972).

A Revolta Árabe de 1936 começou, primeiramente, como uma greve geral dos árabes. Sherman (1997) explica que a eclosão dos motins teve início em 15 de abril, com o assassinato de dois judeus por militantes árabes, seguido, na noite seguinte, pelo ataque em retaliação de dois trabalhadores árabes, que também acabaram mortos. Revoltas e ataques contra judeus eclodiram alguns dias depois em Jaffa, e toques de recolher foram impostos lá e em Tel Aviv (Sherman, 1997). Em resposta a isso, os árabes palestinos decretaram greve direcionada a todos os trabalhadores e lojistas árabes. Durante os primeiros dias das rebeliões, o Alto Comitê Árabe foi instituído, com o objetivo de criar uma autoridade nacional, sob a liderança do Grande Mufti, Haj Amin al-Husayni. O Comitê, em 21 de abril, decretou apoio à greve geral e anunciou que ela continuaria até que a imigração judaica fosse suspensa. Este foi o início de uma rebelião completa contra o Mandato e a política da Declaração de Balfour (Sanders, 1983). Outro fator a se apontar, para somar às insatisfações, é que “os palestinos estavam furiosamente cientes de que eram o único povo árabe no Oriente Médio que não havia alcançado ou não estava a caminho de alcançar a autodeterminação nacional” (Sherman, 1997, p. 94). À vista disso, a greve tinha como principais demandas: uma proibição total da imigração judaica; o fim da aquisição de terras por eles; e o estabelecimento de um governo nacional representativo árabe (Sanders, 1983; Sherman, 1997). Durante os meses que se passavam, os tumultos causaram muitos danos:

[...] era evidente que a rebelião árabe havia se estabilizado no padrão de uma pequena guerra irregular e prolongada, caracterizada por surtos intermitentes de violência - nos quais os árabes lutavam contra os britânicos, os judeus e entre si -, em uma campanha de ataques repentinos e sabotagem: trens foram explodidos, trilhos e estradas minados, plantações e árvores queimadas. Atiradores de elite escondidos tornavam as viagens rodoviárias perigosas, e fios telefônicos e telegráficos eram repetidamente cortados em vastas áreas (Sherman, 1997, p. 101).

Complementando com o livro *Ploughing Sand: British Rule in Palestine 1917-1948*, Naomi Shepherd (1999) explica que o Império Britânico, a fim de acabar com a greve e as destruições, decidiu enviar uma nova comissão investigativa liderada por um ex-secretário de Estado da Índia, o Lord Robert Peel (1967-1937). A comissão tinha como objetivo examinar e

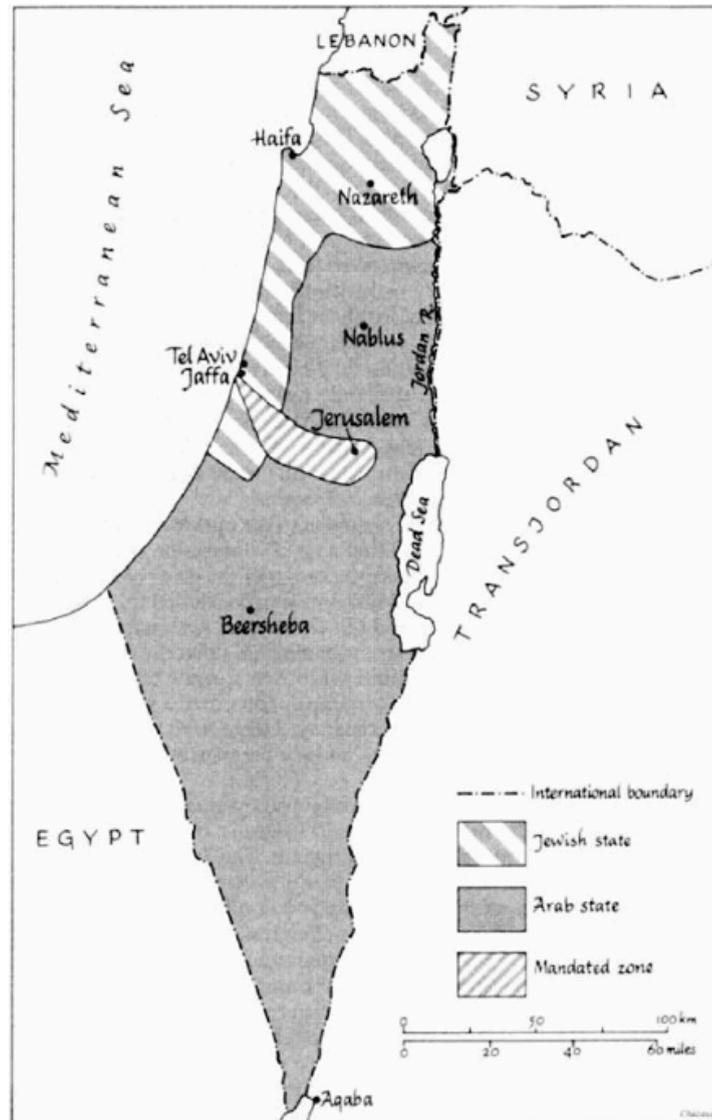
ouvir as queixas e depoimentos árabes e judaicos para, assim, fazer recomendações ao governo britânico sobre como lidar com a situação. Entre aqueles cujos depoimentos a Comissão Peel ouviu estava Chaim Weizmann, que havia reconquistado a presidência da Organização Sionista Mundial no ano anterior. Do lado árabe, o Mufti de Jerusalém testemunhou perante a comissão, opondo-se a qualquer partilha de terras árabes com os judeus e exigiu a cessação total da imigração judaica (Shepherd, 1999). A greve geral árabe, que começou em abril de 1936, terminou seis meses depois, em outubro (Segev, 2014).

Shlaim (2014) expõe que a Comissão concluiu que “o nacionalismo judaico era tão intenso e egocêntrico quanto o nacionalismo árabe, que o abismo entre eles estava aumentando e que a única solução era dividir o país em dois Estados separados” (Shlaim, 2014, p. 141). No relatório final da Comissão, em julho de 1937, foi proposto um pequeno Estado judeu, um grande Estado árabe e um enclave de Jerusalém à Jaffa sob um Mandato Britânico permanente, como explica Sanders (1983):

Recomendou a divisão do país em três entidades: um Estado judeu, um Estado árabe e um território sob mandato britânico. Este último era principalmente uma versão reduzida do antigo enclave de Jerusalém, estendendo-se até Jaffa, mas não a incluindo, cujo objetivo era manter os lugares sagrados sob um regime responsável pela Liga das Nações; também incluía Haifa. O estado judeu consistiria na planície costeira de Tel Aviv até um ponto ao sul de Haifa, o Vale de Jezreel, a maior parte da Galileia e uma área ao sul do enclave de Jerusalém: conteria cerca de 300.000 judeus e um número ligeiramente menor de árabes. O restante do país, incluindo Jaffa, seria o Estado árabe, unido à Transjordânia (Sanders, 1983 p. 663).

Para exemplificar melhor, o mapa reproduzido por Shlaim (2014) em *The Iron Wall* mostra visualmente a proposta de partilha da Comissão Peel, onde áreas com listras grossas em cores alternadas representam o território destinado ao Estado Judeu; as regiões escuras indicam o Estado Árabe; e zonas em com listras finas mostram áreas sob controle britânico, incluindo Jerusalém:

Figura 1: Plano de Partilha da Palestina proposto pela Comissão Peel, 1937



Fonte: Shlaim, 2014, p. 143.

A proposta desencadeou protestos e oposição tanto de judeus quanto de árabes. No Vigésimo Congresso Sionista, realizado em agosto de 1937, Weizmann - impressionado com a oportunidade de um Estado judeu soberano - tentou persuadir seus colegas a aceitá-la, argumentando que o plano oferecia grandes possibilidades e esperanças para o povo judaico. Entre os principais defensores sionistas da partição estava David Ben-Gurion (1886-1973) - que viria a ser o primeiro primeiro-ministro de Israel -, ele acreditava que “o plano de partição de Peel marcou o início do fim do mandato britânico na Palestina e o nascimento de um Estado judeu como um programa político realista” (Shlaim, 2014, p. 144):

O seu principal argumento a favor da partição era que o estabelecimento de um Estado judeu independente, mesmo numa pequena parte da Palestina, era um caminho mais promissor para a realização do sionismo do que qualquer uma das alternativas. Weizmann sustentou que os judeus seriam tolos se não aceitassem o plano Peel, mesmo que o Estado judeu fosse do tamanho de uma toalha de mesa (Shlaim, 2014, p. 144, tradução nossa).

Enquanto os judeus – apesar de bastante relutância – aceitaram a proposta da Comissão, os árabes, em contrapartida, rejeitaram-na firmemente. Um congresso pan-árabe votou em esmagadora maioria contra as recomendações de Peel e a intolerância árabe intensificou-se. Mesmo após a prisão e deportação de membros do Alto Comitê Árabe em outubro – quando o Grande Mufti exilou-se no Líbano –, a rebelião escalou a ponto de eclodir em combates armados em diversas regiões da Palestina (Sanders, 1983). Mas a dispersão do Alto Comitê Árabe e a fuga do Mufti não alteraram o fato de que a Revolta havia adquirido uma base popular muito forte (Shepherd, 1999) e os ataques judaicos cresceram nessas circunstâncias, apesar da proibição. O Haganá, durante esse período, foi treinado pelos militares britânicos, que ensinaram táticas de emboscada e guerrilha contra rebeldes árabes – essa entidade agora era um exército nacional clandestino (Sanders, 1983).

Na segunda fase da revolta, os judeus (difíceis de distinguir dos sionistas neste contexto) passaram da autodefesa para atos seletivos de retaliação e terrorismo. O Haganá (literalmente "defesa") paramilitar, que havia evoluído secretamente desde a Primeira Guerra Mundial, tornou-se cada vez mais forte, em parte com a assistência das forças de segurança britânicas. Entre os árabes, isso confirmou o medo de que os judeus fossem armados pelos britânicos para perseguir seus objetivos pela força (Krämer, 2002, p. 290-291).

Ao longo dos três anos da Revolta Árabe, o decreto da lei marcial e a força militar britânica possibilitaram a aplicação de sentenças de prisão rápidas. Em novembro de 1938, Harold MacMichael, o Alto Comissário do período, cedeu poderes praticamente ditatoriais aos militares, colocando a polícia e os administradores locais diretamente sob comando militar e, finalmente, aplicando severas legislações de segurança (Sherman, 1997):

Em 1939, o número de detidos árabes subiu para mais de nove mil, dez vezes o número de dois anos antes. Milhares foram mantidos em detenção administrativa, sem julgamento, em campos extremamente superlotados e com saneamento inadequado. Em determinado momento, a superlotação era tão grave que se tornou necessário libertar detidos antigos sempre que novos eram presos. Do início de 1938 ao final de 1939, mais de cem árabes foram condenados à morte – uma média de um por semana – e mais de trinta foram executados, ou seja, mais de um por mês (Sherman, 1997, p. 115).

Foi somente no final de 1938 que a Revolta começou a ser controlada. Nos meses finais das rebeliões, os árabes já não tinham mais forças para ameaçar os britânicos, que seguiam enviando mais tropas e policiais para a Palestina. Diante desse um forte poder militar, a resistência árabe organizada entrou em colapso no início de 1939 (Krämer, 2002). Com suas forças militarmente debilitadas e sem recursos básicos para continuar a luta, o movimento rebelde entrou em colapso. Seus principais líderes haviam sido eliminados - mortos em combate, forçados ao exílio ou aprisionados pelas autoridades britânicas - deixando a resistência sem direção ou capacidade de reorganização. Em relação às mortes e consequências da Revolta, Benny Morris (2001), em *Righteous victims: a history of the Zionist-Arab conflict, 1881-2001*, traz alguns números:

Estima-se que o número de árabes mortos na revolta tenha ficado entre 3.000 e 6.000. Um historiador israelense afirma que 4.500 foram mortos por outros árabes. Ao final da revolta, outros 6.000 estavam detidos. Entre os mortos, encarcerados e exilados, havia muitos líderes em potencial, o que foi vital para prejudicar o poder palestino em 1948, assim como a perda de armas durante a rebelião. Centenas de casas árabes — talvez até 2.000 — foram destruídas durante a guerra ou em ações punitivas britânicas. O custo financeiro foi enorme. Além das perdas causadas pela greve geral de 1936, houve extensões de campos e plantações devastadas, com muitos pomares e pomares à beira das estradas arrancados. O boicote econômico ao Yishuv [termo que refere-se aos assentamentos judeus durante o período do Mandato Britânico], instituído no final de 1936 e continuado durante a revolta (embora não tenha sido universalmente honrado), também custou caro à comunidade árabe, com a perda de vendas de bens e serviços e o aumento do desemprego. As perdas físicas dos judeus foram relativamente insignificantes — várias centenas de pessoas foram mortas e algumas propriedades foram destruídas ou danificadas, mas nenhum assentamento foi destruído; de fato, cerca de três dúzias de novos assentamentos foram estabelecidos durante a revolta. Mais de 50.000 imigrantes chegaram, e o desenvolvimento da economia e da infraestrutura acelerou (Morris, 2001, p. 159-160, tradução nossas).

O governo britânico, temendo novas revoltas no futuro, acreditava que “apenas restrições rigorosas à imigração judaica e à compra de terras poderiam acalmar a opinião política árabe” (Shepherd, 1999, p. 118). É nesse contexto que, em 17 de maio de 1939, eles emitem um novo Livro Branco.

O secretário colonial Malcolm MacDonald (1901-1981), filho de Ramsay MacDonald, emitiu o que ficou conhecido como o Livro Branco de MacDonald, nesse documento foi proposto a criação de um Estado binacional árabe-judaico independente dentro de dez anos. Segundo esta política, ao longo de um período de cinco anos, seriam permitidos apenas 75 mil imigrantes judeus na Palestina, com a imigração judaica sendo completamente interrompida após esse prazo - a menos que os próprios árabes do território concordassem em permitir sua

continuidade, além de também dificultar a compra de terras palestinas pelos judeus (Sanders, 1983; Krämer, 2002). Morris (2001) resume:

Em uma nova declaração de política, o Livro Branco de 17 de maio de 1939, a Grã-Bretanha propôs um teto de 75.000 para a imigração judaica durante os cinco anos seguintes, após o qual toda a imigração exigiria o consentimento árabe. O Livro Branco impôs severas limitações à compra de terras pelos judeus, proibindo-a completamente na maioria dos distritos, e propôs um Estado palestino independente com governo majoritário dentro de dez anos, se as relações árabe-judaicas o permitissem (Morris, 2001, p. 158).

Ambos, judeus e árabes, rejeitaram as propostas do Livro Branco. Em relação aos árabes, Morris (2001) analisa que os líderes palestinos tomaram uma decisão estratégica equivocada ao rejeitar as concessões obtidas após o fracasso da Revolta Árabe. O Alto Comitê Árabe, pressionado pelos setores mais radicais que ainda pregavam a expulsão total dos britânicos e judeus, mostrou-se insatisfeito principalmente por dois motivos: primeiro, porque o Livro Branco não estabelecia o fim imediato da imigração judaica; segundo, porque condicionava a independência palestina a uma improvável reconciliação entre árabes e judeus. Essa postura intransigente, paradoxalmente, ocorria num momento em que haviam conquistado importantes avanços políticos (Morris, 2001).

Sobre os judeus, esse episódio marcou a ruptura definitiva entre o Império Britânico e o movimento sionista, cujas relações já estavam em enfraquecimento. Desse momento em diante, a administração britânica passou a ser considerada pelo sionismo não mais como uma aliada, mas como força inimiga. “No geral, o Livro Branco foi um fracasso: enfureceu os sionistas sem satisfazer os árabes” (Morris, 2001). No fim, o Livro Branco acabou sendo rejeitado pela Comissão de Mandatos Permanente da Liga das Nações:

O Livro Branco foi duramente denunciado por judeus de todas as convicções políticas como uma traição ao Mandato, que os deixaria em apuros no momento de sua maior necessidade. O Alto Comitê Árabe atacou o Livro Branco por conceder qualquer posição especial ao Lar Nacional Judaico e, novamente, exigiu a cessação completa e imediata de toda a imigração judaica para a Palestina. O governo britânico submeteu a política do Livro Branco à aprovação da Liga das Nações, como era obrigado a fazer pelos termos do Mandato. Após considerável debate, a Comissão de Mandatos Permanentes rejeitou a política do Livro Branco por não estar em conformidade com o Mandato; mas antes que o Conselho da Liga pudesse proferir sua decisão final, a guerra foi declarada, o Conselho nunca se reuniu e a legalidade do Livro Branco ficou indeterminada (Sherman, 1997, p. 155).

Sintetizando Morris (2001), o Reino Unido, que mantivera sua frágil autoridade na Palestina apenas mediante a repressão militar da rebelião árabe e com o apoio da comunidade judaica, acabou em uma posição delicada, sem conseguir agradar a nenhum dos lados. Os

judeus continuavam firmemente contra o Livro Branco, enquanto os árabes permaneceram longe de uma reconciliação, mesmo com a drástica redução da imigração judaica (Morris, 2001). Mas, a partir de setembro de 1939, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, um inimigo muito maior havia surgido para ser combatido. David Ben-Gurion, agora o líder judeu mais proeminente na Palestina, em meio ao desastre do Livro Branco e o começo da guerra, disse: "Lutaremos com os britânicos nesta guerra como se não houvesse um Livro Branco, e lutaremos contra o Livro Branco como se não houvesse guerra" (Krämer, 2002, p. 294) simbolizando sua repúdia por qualquer elemento que fosse contra os judeus e contra sua ambição de formar um lar nacional judaico.

Os próximos seis anos, viriam a marcar o maior desastre de toda a história da comunidade judaica, onde nada mais viria a ser como era antes. Com o fim da guerra e a vitória dos Aliados, o Reino Unido e a sociedade internacional teve que "confrontar o fato moral de um povo judeu que havia perdido seis milhões de seus filhos e filhas, e do qual agora havia centenas de milhares de pessoas deslocadas ansiando por um lar" (Sanders, 1983, p. 664). Se a Primeira Guerra Mundial havia aberto caminho para o primeiro apoio internacional a um "Lar Nacional Judeu", seria a Segunda Guerra Mundial que, com suas consequências, garantiria esse mandato decisivo.

3.3 Da Segunda Guerra Mundial ao Plano de Partilha da Palestina

David Ben-Gurion – agora o líder judeu mais proeminente na Palestina –, que estava em desacordo com os britânicos na luta pela Palestina, mas a favor deles na luta contra a Alemanha nazista, declarou, em meio ao desastre do Livro Branco e o começo da guerra: "lutaremos com os britânicos nesta guerra como se não houvesse um Livro Branco, e lutaremos contra o Livro Branco como se não houvesse guerra" (Shlaim, 2014, p. 146), simbolizando sua repúdia por qualquer elemento que fosse um obstáculo para os judeus e para sua ambição de formar um lar nacional judaico. Nesse contexto, a liderança sionista declarou apoio formal ao Império Britânico. Em 3 de setembro de 1939, dia em que os britânicos declararam guerra à Alemanha, a Agência Judaica – instituição estabelecida com o papel de gerenciar a imigração, a compra de terras e infraestrutura judaica – anunciou:

Neste momento fatídico, a comunidade judaica tem uma tripla preocupação: a proteção da pátria judaica, o bem-estar do povo judeu e a vitória do Império Britânico... A guerra que agora foi imposta à Grã-Bretanha pela Alemanha nazista é a nossa guerra, e toda a assistência que formos capazes e nos for permitida dar ao Exército Britânico e ao povo britânico, prestaremos de todo o coração (Agência Judaica, 1939 *apud* Morris, 2001, p. 161).

Até mesmo os sionistas que tinham uma posição anti-britânica, após a publicação do Livro Branco, ofereceram uma trégua e assistência militar ativa (Morris, 2001). Durante a guerra, as relações entre Reino Unido e Sionismo – apesar do apoio nos embates – foram marcadas por tensões crescentes, contradições e uma ruptura progressiva da aliança. Os sionistas viam a derrota do nazismo como prioridade absoluta e esperavam que, após a guerra, os britânicos iriam recompensar sua lealdade revogando o Livro Branco de 1939, que limitava a imigração judaica para a Palestina. Porém, o Reino Unido, mesmo enquanto lutava com a Alemanha nazista, ainda mantinha controle da Palestina e da migração judaica no território. Morris (2001) fala que “os britânicos viam a imigração ilegal como um desafio ao Livro Branco e ao seu domínio na Palestina e, conseqüentemente, como uma ameaça à sua posição no Oriente Médio”, nesse sentido foram tomadas medidas para impedir ainda mais a entrada judaica na Palestina, através de deportações de indivíduos que eram pegos ilegalmente e da suspensão da migração legal até que o tráfico ilegal fosse interrompido (Morris, 2001).

Em relação aos árabes palestinos e britânicos, Segev (2000) e (Krämer (2002) abordam que, quando a guerra eclodiu, a Palestina estava em um período de recessão que havia começado com a Revolta Árabe, onde os árabes se encontravam em um situação fragilizada, devido ao fato de que a maioria dos seus líderes haviam sido exilados, deportados ou presos (Segev, 2000; Krämer, 2002). Em termos econômicos, no entanto, os anos durante a Segunda Guerra Mundial foram bons para muitos árabes palestinos (Segev, 2000):

No entanto, o país logo se transformou em um enorme depósito de suprimentos para o exército britânico; a economia decolou e dezenas de novas fábricas foram construídas. A Palestina forneceu aos britânicos munição e minas, gasolina, pneus e peças de reposição. Vestiu e calçou os soldados, alimentou-os, hospedou-os e entreteve-os quando passavam por lá em licença. A Palestina floresceu durante a guerra; dezenas de milhares de pessoas deviam seu sustento a ela (Segev, 2000, p. 449, tradução nossa).

Apesar de politicamente e militarmente fragilizados, os palestinos tiveram um bom crescimento econômico durante esse período (Segev, 2000; Krämer, 2002). Porém, no desencadear da guerra, alguns eventos foram marcantes para consolidar o fim das relações entre sionistas, árabes e Império Britânico.

Um fato relevante, destacado por Morris (2001), que contribuiu para manchar a imagem dos árabes palestinos ainda mais, foi quando o ex-Mufti de Jerusalém, Haj Amin al-Husseini, se reuniu com Hitler em 1941. Na ocasião, ele prometeu liderar uma nova revolta pan-árabe, inspirada naquela que Hussein, o Xarife de Meca, havia conduzido contra os

otomanos durante a Primeira Guerra Mundial. Assim como os britânicos fizeram décadas antes, Hitler assegurou aos árabes a independência após a guerra, além da extinção da ideia de Lar Nacional Judeu dentro da Palestina. Ele ainda exerceu algumas atividades de propaganda, visando conseguir apoio de árabes mulçumanos à causa nazista (Morris, 2001). No entanto, as ações de Husseini acabaram prejudicando os palestinos nos anos seguintes, pois acabaram sendo um dos fatores que ajudou a enfraquecer as chances de conquistar apoio à autonomia palestina, já que eles haviam se aliado às forças nazistas (Morris, 2001).

É durante os anos de guerra que ocorre uma virada radical na estratégia do movimento sionista, marcando a adoção de uma postura mais assertiva na luta por um Estado judeu. Essa nova postura dos sionistas, liderados por Ben-Gurion, pregava que “o problema árabe [...] não tinha importância em comparação com o problema judaico, porque os árabes tinham vastos espaços fora da Palestina, enquanto para os judeus, que estavam a serem perseguidos na Europa, à Palestina constituía o único refúgio possível” e que a Palestina deveria ser “constituída como uma Comunidade Judaica integrada à estrutura do novo mundo democrático após a Segunda Guerra Mundial” (Shlaim, 2014, p. 147). Ou seja, agora o movimento sionista começa a falar publicamente, não só implicitamente, sobre a criação de um "Estado judeu" soberano em toda a Palestina, não mais apenas um "lar nacional" dentro do território palestino.

Essas ideias ganharam maior apoio e expressão quando, em maio de 1942, durante a Conferência Extraordinária Sionista Americana, em Nova York, foi aprovado o Programa Biltmore, nomeado assim em referência ao hotel que ocorreu o encontro. O documento, que teve apoio dos sionistas americanos, estabeleceu como objetivo oficial a criação de um Estado judeu soberano em toda a Palestina. Além disso, o programa exigia o fim do controle britânico sobre a imigração judaica – impostas pelo Livro Branco de 1939 –, a formação de uma força militar judaica independente e a transferência da liderança, onde a Agência Judaica teria o controle da imigração e do desenvolvimento do país (Morris, 2001; Shlaim, 2014). Essa ideia, majoritariamente aceita pelos sionistas, passou a ter apoio internacional quando foi anunciado formalmente pelos Aliados, em dezembro de 1942, que Hitler estava envolvido em um assassinato em massa de judeus (Morris, 2001). É com a descoberta do holocausto judeu que a opinião pública internacional passa a aceitar a ideia de um Estado judeu independente.

O ano de 1945 marcou o fim da Segunda Guerra Mundial, com a rendição da Alemanha em 8 de maio e do Japão em 15 de agosto. O Reino Unido, embora vitorioso, saiu do conflito arrasado econômica e politicamente, o que a levou a redefinir sua estratégia

internacional, com corte de gastos em operações no exterior. Essas mudanças inevitavelmente impactaram a administração da Palestina, onde o governo britânico manteve, contudo, suas rígidas políticas de limitação à imigração judaica (Krämer, 2002). Em agosto daquele ano, o presidente americano Harry Truman enviou uma carta exigindo a entrada imediata de 100 mil refugiados judeus no território – um apelo que os britânicos negaram. Essa recusa desencadeou, ainda em 1945, uma escalada de violência contra os britânicos, com ataques e sabotagens realizados por membros do Haganá e pelos grupos extremistas Irgun e Lehi, que surgiram nas décadas de 1930 e 1940, como grupos dissidentes do Haganá (Krämer, 2002). Os ataques atingiram seu ponto mais crítico em julho de 1946, quando militantes do Irgun fizeram um atentado terrorista no Hotel King David, em Jerusalém, sede do comando militar britânico na Palestina. A explosão causou a morte de 91 pessoas e deixou dezenas gravemente feridas. Esses ataques deixaram claro para o Império Britânico que eles não seriam mais capazes de sustentar seu envolvimento na região da Palestina por muito mais tempo (Krämer, 2002).

Shlaim (2014) disserta que a intensa repressão militar britânica contra o movimento sionista levou a liderança judaica a suspender a revolta hebraica e adotar uma nova estratégia em agosto de 1946. Em vez de manter a resistência armada, optaram por uma abordagem diplomática, buscando minar a aliança anglo-americana. O governo britânico, por sua vez, tentou conseguir o apoio norte-americano para sua proposta de estabelecer pequenas regiões autônomas para judeus e árabes na Palestina - proposta esta que foi rejeitada pelos sionistas (Shlaim, 2014). Diante deste impasse, a Agência Judaica concordou em considerar aceitar, em princípio, a criação de um Estado judeu em parte adequada do território palestino. Shlaim (2014) finaliza dizendo que “essa decisão significou o abandono do Programa Biltmore e o retorno ao princípio da partição. A decisão foi vista não como uma concessão aos árabes, mas como um meio de obter apoio americano para a ideia de um Estado judeu” (Shlaim, 2014, p. 148).

Segundo Morris (2001) e Krämer (2002), em 14 de fevereiro de 1947, o gabinete britânico tomou a decisão de se desvencilhar do problema da Palestina ao transferir a responsabilidade para a recém-fundada Nações Unidas. O chanceler declarou que o governo britânico não poderia aceitar os planos apresentados nem pelos árabes nem pelos judeus, nem conseguiria impor sua própria solução ao conflito (Morris, 2001; Krämer, 2002). No entanto, os líderes árabes não se opuseram à transferência do problema para a Organização das Nações Unidas (ONU), pois antecipavam um resultado favorável às suas pretensões. Por outro lado,

os sionistas ficaram desconfiados em relação a uma possível solução proposta pelas Nações Unidas, temendo que ela não atendesse aos seus interesses (Morris, 2001).

Entre junho e julho de 1947, as Nações Unidas enviaram, então, o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP), uma comissão criada para ouvir as opiniões e perspectivas de árabes e judeus, para que fossem feitas recomendações relativas ao futuro governo da Palestina. O comitê recebeu extensos depoimentos dos sionistas, mas foi boicotado pelos árabes (Morris, 2001). O relatório final foi publicado em setembro de 1947, onde os membros da UNSCOP decidiram unanimemente pelo fim do Mandato Britânico (Krämer, 2002). Sobre as recomendações, foram sugeridos as mesmas da Comissão Peel, porém com uma diferença no mapa de repartição:

A maioria apoiou a divisão em estados separados, judeu e árabe, bem como a criação de um enclave neutro em Jerusalém. Portanto, seguiu essencialmente as recomendações da Comissão Peel, mas, quanto aos detalhes, recomendou um mapa bastante diferente, considerando as mudanças nas condições de propriedade da terra e assentamento (Krämer, 2002, p. 305, tradução nossa).

Complementando com Sherman (1997), “o plano de partilha foi firmemente rejeitado pelos árabes, timidamente acolhido pelos judeus e colocou o Reino Unido diretamente diante do dilema de se ele iria sugerir uma proposta de acordo ou não” (Sherman, 1997, p. 209). Demonstrando neutralidade, os britânicos informaram que se retirariam completamente de um plano de dividir a Palestina, visando salvar algo de sua relação com o mundo árabe (Sherman, 1997).

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 181 em favor da partição da Palestina. A resolução estabelecia um cronograma para a criação de um Estado judeu e um Estado árabe, vinculados por um sistema de união econômica, além de prever um regime internacional especial para a cidade de Jerusalém, que seria administrada pela ONU (Krämer, 2002). O mapa de Shlaim (2014) apresenta como ficou estabelecido o plano de partição:

Figura 2: Plano de Partilha das Nações Unidas para a Palestina, 1947



Fonte: Shlaim, 2014, p. 143.

Os Estados Unidos e a União Soviética, protagonistas da Guerra Fria iniciada em março do mesmo ano, votaram a favor da resolução, enquanto o Reino Unido se absteve. O Alto Comitê Árabe, que representava os árabes palestinos, classificou a proposta de partilha da ONU como inviável e injusta (Shlaim, 2014). A Liga Árabe – organização dos países árabes que haviam se agrupado de forma pouco coesa em 1945 e a maior defensora da causa Palestina perante a ONU – declararam a ilegalidade do plano e ameaçaram resistir à sua implementação através da força (Shlaim, 2014). A Agência Judaica aceitou oficialmente o plano da ONU, mas não gostavam da ideia de um Estado palestino independente e não queriam a exclusão de Jerusalém (Shlaim, 2014).

Dois dias depois da votação a favor da partilha, o governo britânico anunciou que encerraria o Mandato no dia 14 de maio de 1948 e retiraria suas forças da Palestina até, no máximo, dia 1 de agosto (Krämer, 2002). No primeiro dia de dezembro, o Alto Comitê Árabe convocou uma greve geral de três dias, acompanhada por ataques violentos contra civis judeus (Shlaim, 2014). O voto da ONU a favor da partilha não apenas concedeu legitimidade internacional à criação de dois Estados – e consequentemente, um apoio internacional para o estabelecimento do Estado de Israel –, mas também acabou servindo, involuntariamente, como o estopim de uma guerra violenta entre as duas comunidades na Palestina, que viria a perdurar até os tempos contemporâneos.

4. Os Estados Unidos e União Soviética na Formação de Israel (1917-1948)

Neste penúltimo capítulo, serão abordados os papéis dos Estados Unidos e da União Soviética em relação ao movimento sionista e a construção do Estado de Israel. A seção foi dividida em dois subtópicos: no primeiro se discorre sobre a influência dos Estados Unidos, apontando as ações e posicionamentos do governo americano em relação ao movimento, explicando como foi a conduta estadunidense antes da Segunda Guerra Mundial e após ela, destacando o apoio a partilha da Palestina e o reconhecimento da independência de Israel; no segundo e último subtópico do capítulo, o foco é, exclusivamente, a atitude da União Soviética no que se refere ao movimento sionista, dando ênfase à oposição e à perseguição inicial do governo soviético ao Sionismo, e passando a explicar a mudança de postura que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, que levou a União Soviética ser uma defensora da criação do lar judeu na Palestina.

4.1 A Influência dos Estados Unidos

Antes da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos não tiveram uma participação direta na questão, mas pode-se falar sobre dois fatores de relevante influência durante esse período: o apoio à Declaração de Balfour e a força da opinião pública e de *lobby* dos sionistas americanos. Em *American Policy toward Palestine between 1850 and 1939*, Rateb Sweiti (2008) fala que um apoio à Declaração de Balfour foi feito pelo presidente Woodrow Wilson (1856-1924), mas antes disso ele já havia expressado apoio privado ao movimento sionista antes mesmo da Declaração, através de uma carta ao Rabino Wiseman (Sweiti, 2008). A carta, enviada em agosto de 1918, dizia:

Tenho observado com profundo e sincero interesse o trabalho reconstrutivo que a comissão Wiseman realizou na Palestina a pedido do governo britânico, e saúdo a oportunidade de expressar a satisfação que senti com o progresso do movimento sionista nos Estados Unidos e nos países aliados desde a declaração do Sr. Balfour, em nome do governo britânico, da aprovação britânica ao estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e sua promessa de que o governo britânico envidaria seus melhores esforços para facilitar a consecução desse objetivo, com o entendimento de que nada seria feito para prejudicar os direitos civis e religiosos de pessoas não judias na Palestina ou os direitos e o status político desfrutados por judeus em outros países (Wilson, 1918 *apud* Sweiti, 2008, p. 40).

O Departamento de Estado americano, que se opôs à Declaração de Balfour, havia alertado Wilson, desde o momento da publicação em 1917, para não concordar com tal declaração, visto que os Estados Unidos estavam em guerra com o Império Otomano e não podiam participar da alienação dos territórios turcos (Sweiti, 2008). Ao enviar esta carta, o presidente Wilson foi contra as recomendações do Departamento. Além disso, ao declarar apoio à Declaração, ele violou seu próprio princípio – presente nos Quatorze Pontos para a paz mundial – de garantir a autodeterminação dos povos sob domínio otomano ao fim da guerra (Sweiti, 2008). O apoio de Wilson à Declaração pavimentou o caminho para o despovoamento da Palestina, favorecendo a colonização por judeus estrangeiros. Assim como britânicos e franceses haviam feito com os árabes, Wilson agiu com os palestinos: prometeu-lhes independência após a guerra, mas, ao mesmo tempo, conspirou contra suas terras em acordos secretos, a exemplo do Tratado Sykes-Picot de 1916 (Sweiti, 2008).

Ao apoiar a Declaração de Balfour, Wilson comprometeu os Estados Unidos com a política britânica de favorecimento do sionismo na Palestina. Os Estados Unidos estavam envolvidos nas intrigas imperialistas britânico-sionistas que não favoreciam a paz internacional como interesse americano. A política americana em relação à Palestina após o fim da guerra até a imposição do mandato britânico em 1922 foi caracterizada pela cooperação com a Grã-Bretanha e os sionistas, apesar de seguir uma política de isolacionismo. No entanto, o isolacionismo significava cooperação, não intervenção nos assuntos mundiais (Sweiti, 2008, p. 41).

O outro ponto a se falar, em relação a esse período, é ao poder que os judeus sionistas americanos possuíam de mobilizar a opinião pública. De acordo com Sanders (1983), a comunidade judaica nos Estados Unidos era muito forte politicamente e economicamente, onde grandes veículos de comunicação eram de propriedade judaica, o que demonstrava um grande poder de influência para gerar ideias políticas e poder de voto. Além disso, o autor cita em seu texto o exemplo de Louis Brandeis, Juiz da Suprema Corte Americana, grande amigo de Woodrow Wilson e quem o convenceu a apoiar a Declaração Balfour em 1918 (Sanders, 1983):

Observadores ingleses da opinião pública americana tendiam a fazer duas suposições significativas sobre os judeus naquela época. Primeiro, eles consideravam os judeus da América uma força poderosa na vida política da nação. Embora essa noção fosse bastante exagerada, certamente não era infundada. Em 1915, a comunidade judaica americana já estava a caminho de se tornar um dos subgrupos mais articulados, coesos e intelectualmente e financeiramente talentosos do corpo político americano. Alguns dos maiores jornais do país eram de propriedade de judeus. A presença de judeus entre os conselheiros do Presidente Wilson [...] também era bastante notável. E se os ingleses [...] estavam certos se reconhecessem que não tinham nada em casa que se comparasse à população judaica de Nova York como um corpo gerador de ideias políticas, influência e poder de voto, apesar de toda a pobreza que ainda prevalecia em seu meio. Os britânicos tinham motivos legítimos para presumir que os sentimentos políticos de 2 milhões de judeus americanos contavam mais do que um pouco quando seu país entrava em um ano de eleições presidenciais. A outra suposição britânica predominante sobre os judeus americanos era a de que eles eram predominantemente sionistas (Sanders, 1983, p. 323, tradução nossa).

Partindo para os eventos da Segunda Guerra Mundial, a ascensão da Alemanha nazista como a potência mais forte da Europa e a eclosão da guerra solidificaram ainda mais as relações entre os Estados Unidos e os sionistas. A condenação aos judeus, pregada pelo regime nazista, tornou os Estados Unidos suscetíveis a defender o movimento sionista na construção de um lar na Palestina para a comunidade judaica (Sweiti, 2008). Sweiti (2008) ainda expõe que “muitos judeus migraram para a Palestina para mudar a identidade da terra. Membros do Congresso incentivaram a imigração judaica e os sionistas americanos aumentaram seu financiamento para absorver os recém-chegados” (Sweiti, 2008, p. 48).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a política americana passou a apoiar cada vez mais a criação de um lar judaico na Palestina. Embora os Estados Unidos não fizessem parte da Liga das Nações, eles estavam envolvidos no mandato britânico por meio de acordos e correspondência diplomática (Sweiti, 2008). Sweiti (2008) ainda diz que, devido a pressão interna do Sionismo, o governo americano optou pelo lado sionista e aliou-se aos interesses imperialistas britânicos contra a Palestina. Como resultado, o povo palestino acabou pagando o preço pelo alinhamento político dos Estados Unidos com o sionismo e pela influência conjunta anglo-americana sobre os destinos da Palestina (Sweiti, 2008).

A posição dos Estados Unidos perante o plano de partilha da Comissão Peel foi um evento importante a se destacar. Diante deste plano, assim como o sionismo havia concordado – mesmo que parcialmente –, os Estados Unidos também demonstraram apoio, já que essa partição foi um ponto importante para aproximar a Declaração de Balfour de ser implementada (Sweiti, 2008):

Para os EUA, a partição foi um ponto de partida para avançar ainda mais na direção de permitir que o sionismo atingisse seu objetivo estratégico de se tornar parte do

cenário físico da Palestina e do Oriente Médio. Nesse sentido, os Estados Unidos rejeitaram o Livro Branco de 1939, que os acusava de suspender a imigração judaica, a compra de terras e de tornar a Palestina um estado unitário para palestinos e judeus (Sweiti, 2008, p. 49).

Nesse cenário, “a ideia de uma Palestina partilhada era apenas uma questão de tempo até que um plano de partilha fosse posto em prática, levando em conta a fragilidade dos árabes palestinos” (Sweiti, 2008, p. 49). Visando acabar com a ideia do Livro Branco de 1939, os judeus sionistas e as diferentes organizações sionistas americanas uniram-se em no Comitê de Emergência Americano para Assuntos Sionistas para influenciar os tomadores de decisões americanos a favor da opção de partilha (Sweiti, 2008):

Sob pressão sionista, o Congresso protestou contra o Livro Branco de 1939 durante toda a guerra, instando a Grã-Bretanha a cumprir a Declaração de Balfour. Isso era típico do Congresso ser a base sólida do apoio sionista nos Estados Unidos. Em contrapartida, o Departamento de Estado, preocupado com a estabilidade política no Oriente Médio, manteve-se firmemente contrário ao plano sionista para a Palestina. O presidente Roosevelt, discretamente, favoreceu a linha do Congresso em detrimento da do Departamento de Estado (Sweiti, 2008, p. 50).

Com as demandas políticas dos Estados Unidos em meio à guerra e a perseguição nazista aos judeus fortalecendo sua causa, os sionistas passaram a pressionar pela criação de um Estado judeu em toda a Palestina – ideia proposta durante o Programa de Biltmore e ganhava apoio nos meios políticos americanos (Sweiti, 2008). Sweiti (2008) explica que embora o presidente Roosevelt simpatizasse com a ideia, ele optou por adiá-la até o fim do conflito, já que a questão palestina era, naquele momento, uma responsabilidade prioritariamente britânica (Sweiti, 2008).

Outro presidente que acabou se tornando um fator chave na criação do Estado de Israel foi Harry S. Truman (1884-1972). De acordo com o livro de John Snetsinger (1974), *Truman, the Jewish Vote, and the Creation of Israel*, durante a administração de Truman o *lobby* sionista continuava muito forte na política estadunidense, tentando conquistar o apoio do presidente para a causa sionista:

Líderes judeus que conseguiam audiência com o presidente aproveitavam para defender a causa sionista. Weizmann foi frequentemente convocado para esse papel. Anúncios em jornais, financiados por porta-vozes judeus, buscavam mobilizar o apoio público e pressionar a Casa Branca. Resoluções infundáveis de organizações sionistas exigiam que o presidente endossasse sua agenda. Grandes comícios, como um em Nova York que reuniu 150 mil pessoas, demonstravam a forte base popular do movimento. Políticos foram alertados sobre esse apoio massivo, enquanto congressistas bombardearam Truman com apelos para que usasse seu poder em favor das demandas sionistas (Snetsinger, 1974, p. 35).

O apoio concreto veio quando Truman, em 1946, fez uma declaração durante o Yom Kippur, o mais sagrado feriado religioso judaico: Truman “não apenas reiterou seu apelo por uma ‘imigração substancial para a Palestina... imediatamente’, mas, com um significado muito maior, endossou o estabelecimento de ‘um Estado judeu viável’ na Palestina” (Snetsinger, 1974, p. 42). Pela primeira vez desde que assumiu o cargo, o presidente havia declarado publicamente seu apoio ao principal objetivo sionista (Snetsinger, 1974).

Quando a Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 1947, foi convocada para votar contra ou a favor da partição da Palestina, a delegação americana votou a favor da resolução. No entanto, Snetsinger (1974) fala que a aprovação da partilha estava muito incerta, e que tinha grandes chances que não se tivesse votos suficientes dos países da Assembléia para aprovar a resolução. É nesse contexto que os Estados Unidos e o *lobby* sionista tentaram converter os votos (Snetsinger, 1974):

Nos últimos dias que antecederam a votação da Assembleia Geral, a delegação americana solicitou ativamente os votos de outros países em apoio ao plano de partilha. A preponderância de evidências indica fortemente que a mudança foi ordenada pelo presidente. Não há registro da ordem de Truman em seus documentos na Biblioteca Truman. No entanto, aqueles que participaram da batalha no Lago Success disseram estar cientes de que a ordem para a delegação dos Estados Unidos passar de apoio passivo para ativo veio da Casa Branca (Snetsinger, 1974, p. 68).

Assim, a Resolução 181 foi aprovada pela ONU e o plano de partilha da Palestina foi legitimado internacionalmente. Quando o Reino Unido retirou suas forças da Palestina, em 14 de maio de 1948, foi marcado oficialmente o fim do Mandato Britânico sobre a região. Em seguida os judeus proclamaram, em Tel Aviv, que aquela região seria agora o Estado de Israel. Antes do final do dia, o presidente Truman havia anunciado publicamente o reconhecimento do Estado judeu pelos americanos (Sanders, 1983).

4.2 A Postura da União Soviética

Em *The U.S.S.R., Zionism, and Israel*, J. B. Schechtman (1970) fala que quando o partido bolchevique chegou ao poder, após um golpe de Estado bem-sucedido em outubro de 1917, o novo regime encontrou em seu domínio “um movimento de massas sionista poderoso, dinâmico e profundamente enraizado” (Schechtman, 1970, p. 99), o apoio que o Sionismo tinha dos judeus russos era demasiadamente forte e numeroso. O autor explica que dos 197 participantes do Primeiro Congresso Sionista (1897), 66 deles eram russos. Além disso,

durante a onda de migrantes nos primeiros quinze anos do século XX, a maioria dos judeus que se deslocaram para a Palestina vinham de territórios do Império Russo (Schechtman, 1970).

Na Rússia czarista, o Sionismo era considerado um movimento ilegal, pois haviam criado alguns partidos políticos para representar o movimento, e – como todos os outros partidos durante esse regime – teve sua expansão amplamente prejudicada. A Revolução de 1917 levou a um crescimento sem precedentes do Sionismo e não só ela como a Declaração de Balfour, em novembro do mesmo ano, também deu um poderoso impulso ao movimento e fez dos sionistas o partido dominante no convívio judaico russo (Schechtman, 1970). Com cerca de 1.200 grupos locais e 300 mil membros, o movimento sionista possuía uma grande influência na comunidade judaica russa (Schechtman, 1970). O governo soviético enfrentou, assim, um movimento sionista forte, bem organizado e muito popular.

O próprio Vladimir Lênin, o líder da Revolução Russa, declarou que a “ideia de uma nacionalidade judaica era ‘manifestamente reacionária’ e ‘estava em conflito com os interesses do proletariado judeu’. Dez anos depois, a declaração foi reafirmada por Stalin” (Schechtman, 1970). Mas no início do novo regime, as atividades sionistas não foram muito afetadas pelo governo, apenas por alguns partidos comunistas que buscavam ativamente acabar com todas as ideologias sionistas e seus partidos políticos. Porém “como as atividades culturais e educacionais da organização sionista não contradiziam as decisões do partido comunista, foi instruído [pelo regime] a todas as organizações soviéticas não prejudicarem as atividades do partido sionista” (Schechtman, 1970, p. 104). Isso foi interpretado pelos sionistas russos como “uma legalização implícita do sionismo na União Soviética. Mas, na verdade, foi apenas uma expressão equívoca e negativa de tolerância oficial; essa ordem permaneceu válida enquanto nenhum outro órgão soviético declarou o sionismo e os sionistas contra-revolucionários” (Schechtman, 1970, p. 104). O autor diz que, na prática, os soviéticos jogaram um jogo de gato e rato com as atividades sionistas durante esse período.

Porém os partidos comunistas estavam infelizes com a tolerância das autoridades soviéticas e defendiam a total liquidação do sionismo. Em julho de 1920, foi feita uma conferência declarando que “não havia mais fundamento para um ataque cauteloso ao Sionismo. Era necessário pôr fim à vacilação da atitude oficial em relação ao partido sionista em geral e a todas as suas organizações culturais e econômicas. É essencial que uma liquidação total seja realizada” (Schechtman, 1970, p. 106). Os ataques aos sionistas pelos partidos continuaram, onde eles eram acusados de possuir documentos comprometedores, de

expressar simpatias pró-britânicas, de colaborar com sionistas americanos, e de apoiar forças anti-soviéticas em outros lugares (Schechtman, 1970).

É nesse contexto, que prisões em massa de judeus sionistas foram feitas ao longo dos anos no regime soviético. Schechtman (1970) traz que

As prisões continuaram em grande escala ao longo dos anos seguintes. Em setembro de 1922, mais de mil sionistas foram presos em Odessa, Kiev, Berdichev e vários outros centros urbanos ucranianos. Em 1923 e 1924, as prisões e os julgamentos se multiplicaram. Cerca de 3 mil sionistas foram presos simultaneamente em 150 localidades na noite de 2 de setembro de 1924, e as prisões continuaram até outubro. Tanto o interrogatório quanto o julgamento foram conduzidos à porta fechada. Os réus foram acusados e condenados por "ofensas criminosas" frequentemente não especificadas. Essas sentenças geralmente envolviam sentenças de três a dez anos de prisão ou trabalhos forçados em "campos de isolamento" (Schechtman, 1970, p. 107).

Em algumas situações, os sionistas condenados recebiam a opção de serem deportados para a Palestina em troca de uma retratação total. Isso exigia que admitissem que os objetivos do sionismo eram, de fato, anti-soviéticos e contra-revolucionários. Aqueles que assinavam essa declaração podiam pedir a substituição de sua pena por uma ordem de deportação e, assim, conseguir um passaporte de saída, válido apenas para viagem à Palestina (Schechtman, 1970). Schechtman (1970) prossegue explicando que a justificativa para essa concessão teria dois motivos: as autoridades soviéticas talvez desejasse se livrar de centenas de sionistas fervorosos; e, além disso, buscavam causar uma boa impressão na opinião pública judaica internacional, por suas supostas simpatias e atividades "contra-revolucionárias" dentro da União Soviética, e não por outros motivos (Schechtman, 1970). Ao longo dos anos, as prisões continuaram e a liquidação total foi praticamente alcançada:

As atividades sionistas foram efetivamente paralisadas. A última fortaleza do sionismo clandestino organizado — o Comitê Executivo Central de Moscou da Tzeirei Zion e a União da Juventude Sionista — foi liquidada em setembro de 1934; seus membros receberam sentenças de longa duração. Nos anos de 1936 a 1939, o governo lançou uma campanha intensiva e em larga escala contra a "opressão imperialista sionista dos árabes palestinos". Os sionistas foram denunciados no rádio, na imprensa comunista e nas resoluções aprovadas nas reuniões de fábrica (Schechtman, 1970, p. 112).

No final da década de 1930, os últimos resquícios visíveis do Sionismo organizado foram completamente eliminados na União Soviética, sob uma repressão implacável e eficaz. Schechtman (1970) fala que “se alguma convicção sionista resistiu à opressão do aparato estatal autoritário, ela permaneceu oculta, profundamente enraizada na mente e na alma dos cerca de três milhões de judeus soviéticos da época” (Schechtman, 1970, p. 112). Para o

regime soviético, o capítulo sionista estava definitivamente encerrado (Schechtman, 1970). Porém, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, ele foi retomado:

Em setembro de 1939, a União Soviética anexou as províncias do leste e sudeste da Polônia, com uma população judaica de cerca de 1.200.000 a 1.250.000 (e mais 300 mil judeus chegaram posteriormente como refugiados das áreas ocupadas pelos alemães). Em junho de 1940, as províncias romenas da Bessarábia e da Bucovina do Norte foram incorporadas à União Soviética. De acordo com o censo romeno de 1930, estas tinham uma população judaica de 277.949. A anexação quase simultânea da Letônia, Estônia e Lituânia adicionou mais 265 mil judeus (Schechtman, 1970, p. 113).

Em nove meses, a comunidade judaica da União Soviética aumentou em cerca de dois milhões e os sionistas constituíram uma grande porcentagem desse fluxo. Esse mesmo padrão ocorreu em outras áreas anexadas pelos soviéticos, onde os sionistas consistiam cerca de dois milhões de pessoas (Schechtman, 1970). É nesse cenário que novas medidas repressivas e perseguições foram tomadas pelo regime, só que de forma mais brutal e acelerada do que haviam sido impostas aos sionistas nativos da União Soviética ao longo de mais de vinte anos (Schechtman, 1970).

Quando, em junho de 1941, os exércitos de Hitler invadiram o território soviético, os judeus se tornaram o principal alvo do regime nazista. Ao longo dos anos de guerra, enquanto centenas de milhares de judeus caíam vítimas do extermínio alemão, o regime stalinista, simultaneamente, intensificava sua própria campanha repressiva contra o movimento sionista (Schechtman, 1970). Porém, houve uma mudança de postura quando a União Soviética passou a apoiar a criação de um Estado judeu pois possuíam o “desejo de eliminar o Reino Unido da Palestina, de enfraquecer a posição britânica no Oriente Médio e de facilitar a penetração soviética nessa área estrategicamente importante” (Schechtman, 1970, p. 117).

O governo soviético então começou a mudar seu posicionamento e empenhou-se ativamente em conquistar o apoio da comunidade judaica internacional para o esforço de guerra, apelando ao sentimento de unidade judaica, mesmo enquanto mantinha sua política antissionista dentro do país. Utilizaram como estratégia de propaganda transmissões de rádio com alcance internacional, informando que todos os judeus eram agora um só povo e um só exército e que o oceano não mais os separaria (Schechtman, 1970). Além disso, foi criado um Comitê Judaico Antifascista na União Soviética:

Em abril de 1942, foi anunciada a formação, em Moscou, de um Comitê Judaico Antifascista. O principal objetivo do Comitê era fortalecer a opinião pública pró-soviética entre os judeus dos países ocidentais. Foi uma óbvia atuação do

comando soviético [...]. Mas o próprio surgimento do Comitê foi, em si, uma afirmação de uma solidariedade nacional judaica (Schechtman, 1970, p. 114).

O secretário do Comitê escreveu que “o povo judeu tem direito à independência política na Palestina” e que “nenhuma pessoa sensata e amante da liberdade pode ter qualquer objeção a que os judeus continuem a desenvolver em liberdade o lar que construíram por meio de trabalho árduo e construtivo, com base no autogoverno” (Schechtman, 1970, p. 114). Em fevereiro de 1945, durante uma conferência internacional, os soviéticos apoiaram uma resolução que reconhecia o direito do povo judeu de estabelecer seu lar nacional na Palestina e, poucos meses depois, o governo soviético reforçou essa posição ao publicar um artigo altamente crítico à Liga Árabe, que eram os maiores defensores da independência dos árabes palestinos (Schechtman, 1970).

Quando o Reino Unido levou a questão palestina às Nações Unidas no início de 1947, o governo soviético recebeu a iniciativa com grande entusiasmo. Em outubro de 1947, foi anunciado oficialmente o apoio da Rússia Soviética à divisão da Palestina em um Estado judeu e um Estado árabe (Schechtman, 1970). Schechtman (1970) ainda explica que o apoio da União Soviética à criação de um Estado judeu nas Nações Unidas foi impulsionado, principalmente, pelos objetivos de expulsar o Reino Unido da Palestina, enfraquecer a influência britânica no Oriente Médio e abrir o caminho para a expansão soviética nessa região estratégica. É nesse cenário que, em 29 de novembro de 1947, todo o bloco soviético (exceto a Iugoslávia, que se absteve) votou pela partição da Palestina na ONU (Schechtman, 1970)¹.

5. A Criação do Estado de Israel

O Estado de Israel, de acordo com Avi Shlaim (2014), “nasceu em meio a uma guerra com os árabes da Palestina e os Estados árabes vizinhos. Essa guerra, que os israelenses chamam de Guerra da Independência e os árabes chamam de Nakba, ou o desastre, teve duas fases” (Shlaim, 2014, p. 152). Essa primeira fase, conforme o autor, durou de 29 de novembro de 1947, quando a ONU aprovou a resolução de partição, até 14 de maio de 1948, quando o

¹ Votos a favor da partilha da Palestina (33): África do Sul, Austrália, Bélgica, Bielorrússia Soviética, Bolívia, Brasil, Canadá, Tchecoslováquia, Costa Rica, Dinamarca, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Haiti, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, República Dominicana, Suécia, Ucrânia Soviética, União Soviética, Uruguai e Venezuela. Votos contra (13): Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Grécia, Iêmen, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria e Turquia. Abstenções (10): Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, Iugoslávia, México e Reino Unido. Ausências (1): Tailândia.

Estado de Israel foi proclamado. Já a segunda fase durou de 15 de maio de 1948 até 7 de janeiro de 1949, com a primeira Guerra Árabe-Israelense (Shlaim, 2014). É essa primeira fase, de guerra civil, – que será discutida neste capítulo – que Shlaim (2014) denomina “guerra não-oficial”.

Sobre a posição dos britânicos, nas semanas após a aprovação da partição, o Reino Unido, desejando reduzir seus compromissos, deixou claro que o governo britânico reconheceria a decisão da divisão, mas não participaria de sua execução, já que isso poderia envolver o emprego de tropas militares. Até o fim do Mandato, os britânicos manteriam o controle da Palestina, mas, a partir dessa data, se retirariam imediatamente (Snetsinger, 1974).

Krämer (2002) expõe que os combates começaram imediatamente após a Resolução 181 da ONU se tornar conhecida. A violência entre ambas comunidades escalou após um ataque árabe a dois ônibus, em 30 de novembro de 1947, no qual sete passageiros judeus foram mortos e vários ficaram feridos (Krämer, 2002). Esse incidente, porém, foi apenas um em uma série de atos violentos cometidos por ambos os lados. Em protesto contra a partilha, o Alto Comitê Árabe convocou uma greve geral de três dias dia 1 de dezembro, assim como haviam feito durante a Revolta Árabe de 1936 (Krämer, 2002).

Do lado israelense, Shlaim (2014) fala que David Ben-Gurion emergia como figura central nesses novos combates. Ele e os sionistas aceitaram o plano da ONU, mas não viam as fronteiras propostas como definitivas para o Estado judeu. Apesar de valorizar o apoio internacional dos Estados Unidos e da União Soviética, ele não acreditava que a criação de Israel seria concedida facilmente (Shlaim, 2014). É nesse contexto que, nos dias 1 e 2 de janeiro de 1948, ele se reuniu com seus principais conselheiros civis e militares para definir a estratégia judaica no conflito (Shlaim, 2014).

O autor explica que os especialistas árabes da Agência Judaica argumentavam que o perigo militar representado pelos árabes locais era limitado e defendiam uma abordagem política mais flexível (Shlaim, 2014). Já os comandantes da Haganá pressionavam por represálias militares mais rígidas. Ben-Gurion, alinhando-se com os militares, acreditava que a melhor estratégia, diante das circunstâncias, não era conter o conflito, mas intensificá-lo. Como resultado, o Haganá adotou uma política de "defesa agressiva", combinando ações militares assertivas e fazendo uma guerra psicológica contra palestinos (Shlaim, 2014). A Liga Árabe, nesse mesmo período, autorizou a entrada de voluntários árabes na Palestina para auxiliar nos combates (Krämer, 2002).

Ataques de guerrilheiros árabes contra assentamentos, bairros, instituições e empresas judaicas, e viajantes, ônibus, carros e comboios judeus foram respondidos com atos de violência semelhantes. "Extremistas" judeus dentro e fora do Haganá atacaram assentamentos, vilas e acampamentos árabes, contribuindo para o clima geral de medo e intimidação. Em janeiro de 1948, o Irgun explodiu a prefeitura de Jaffa. Desemprego, inflação, escassez de suprimentos e aumento da criminalidade agravaram o sentimento de crise entre a população árabe (Krämer, 2002, p. 310-311).

Foi em abril de 1948, com a elaboração do Plano D, que marcou o desenvolvimento para uma estratégia mais ofensiva por parte do Haganá, já que, até então, “defesa agressiva” significava que os ataques eram retaliatórios (Krämer, 2002). O Plano D, de acordo com Shlaim (2014), tinha como objetivo garantir o controle sobre todas as áreas designadas ao Estado judeu pela resolução de partição da ONU, incluindo os assentamentos judaicos situados fora desses territórios e os corredores de acesso a eles, visando estabelecer uma base territorial sólida e contínua para a soberania judaica (Shlaim, 2014). Esse plano foi considerado uma novidade, já eram ordens para capturar aldeias e cidades árabes, algo que a Haganá nunca havia tentado antes (Krämer, 2002):

O objetivo era estabelecer um território judaico contíguo que pudesse ser defendido de um ataque dos estados árabes, o que era esperado após o fim do Mandato Britânico em 14 de maio. O Plano D previa a “pacificação” das zonas em questão, o que significava nada menos do que a capitulação, eliminação ou expulsão de seus habitantes árabes, bem como a destruição de suas casas, vilas e negócios (Krämer, 2002, p. 312).

Nesse contexto, os ataques retaliatórios e guerrilhas foram substituídos em abril pela guerra mais rígida, com o Haganá buscando uma conquista sistemática de locais e regiões estratégicas. O objetivo era principalmente conquistar terras, independentemente de os moradores locais pegarem em armas ou não (Krämer, 2002). Embora os árabes possuíssem algumas armas pesadas, artilharia e alguns tanques, eles não estavam em condições de igualdade com a artilharia dos seus oponentes. Além disso, os judeus contavam com equipamentos militares superiores, que foram aprimorados por meio de remessas de armas da Tchecoslováquia com a permissão da União Soviética (Schechtman, 1970; Krämer, 2002). Através de um esforço da Organização Sionista Mundial, os sionistas conseguiram comprar esses equipamentos militares com o dinheiro arrecadado:

O Yishuv também contava com o apoio bem organizado da Organização Sionista Mundial, com filiais poderosas nos Estados Unidos e no Reino Unido que, em momentos cruciais, podiam aproveitar os recursos das comunidades judaicas. Em uma viagem emergencial aos Estados Unidos para arrecadar fundos, entre janeiro e março de 1948, foram arrecadados 50 milhões de dólares para a Haganá — o dobro

da quantia que Ben-Gurion havia pedido. [...]. Esses fundos pagaram por carregamentos cruciais de armas da Tchecoslováquia (Morris, 2001, p. 193).

Um ciclo de violência e retaliação se intensificou nesse contexto, envolvendo ambos os lados. Em 9 de abril de 1948, o massacre de Deir Yassin transformou-se no principal símbolo da brutalidade sionista para os árabes (Krämer, 2002):

Os moradores de Deir Yasin, localizado nas imediações de Jerusalém, haviam firmado um acordo de não agressão com seus vizinhos judeus. Eles foram atacados em uma ação conjunta por combatentes do Lehi e do Irgun, auxiliados por combatentes do Palmach. Os invasores estupraram e assassinaram mais de cem homens, mulheres e crianças, e então desfilaram os sobreviventes pelas ruas de Jerusalém Ocidental (Krämer, 2002, p. 313).

Simultaneamente, enquanto os ataques entre palestinos e judeus aconteciam, as potências buscavam encontrar a melhor solução para implementar as resoluções de novembro de 1947. Ao contrário da percepção inicial de que os Estados Unidos atuavam na ONU como aliados incondicionais do sionismo, a posição de seus representantes foi marcada por contradições e ambiguidades (Schechtman, 1970). Devido a pressões internas do Departamento de Estado e externas vindo dos países árabes – que ameaçavam reconsiderar as concessões petrolíferas americanas, a menos que o governo Truman adotasse uma posição diferente sobre a partilha – a política americana sofreu uma mudança em relação à Palestina (Snetsinger, 1974).

Em março de 1948, durante uma reunião do Conselho de Segurança, o embaixador norte-americano apresentou uma série de recomendações às Nações Unidas sobre a questão palestina. Diante da impossibilidade de implementar pacificamente a proposta de partilha naquele momento, ele sugeriu que o Conselho de Segurança ordenasse à Comissão Palestina a interrupção dos trabalhos relacionados ao plano de divisão e que fosse feita uma sessão da Assembleia Geral especial para tomar a melhor decisão (Snetsinger, 1974). Como medida provisória, enquanto se aguardava uma definição do território palestino, ele propôs que as Nações Unidas assumissem a administração temporária do território através de um regime de tutela (Schechtman, 1970; Snetsinger, 1974).

Em *The Soviet Position on the Establishment of the State of Israel*, o autor Iurii Strizhov (1995) traz a posição da União Soviética em meio esse cenário:

Em 30 de março de 1948, quando duas resoluções americanas prevendo uma trégua imediata entre árabes e judeus e a convocação de uma sessão especial da Assembleia Geral para reconsiderar a decisão anterior sobre a partilha foram submetidas ao Conselho de Segurança, Gromyko [representante da União Soviética na ONU]

criticou o plano de tutela dos Estados Unidos, caracterizando a partilha da Palestina como uma solução justa e insistindo que as alegações dos americanos sobre a impossibilidade de efetuar a partilha por meios pacíficos eram infundadas. Ele afirmou que a Comissão Palestina deveria continuar seu trabalho para realizar a partilha "enquanto as decisões da Assembleia Geral permanecessem em vigor" (Strizhov, 1995, p. 311).

No dia 1 de abril de 1948, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, por nove votos a favor, a proposta norte-americana de realizar uma sessão extraordinária da Assembleia Geral para reavaliar o futuro administrativo da Palestina. Os representantes da União Soviética se abstiveram durante a votação (Strizhov, 1995). Mas, pouco depois da abertura da sessão especial, em 16 de abril de 1948, a proposta dos Estados Unidos não havia conquistado muito entusiasmo de várias delegações e a trégua entre judeus e árabes – que era necessária para o estabelecimento do regime de tutela – não havia sido firmada (Snetsinger, 1974). Snetsinger (1974) declara que grande parte da culpa pela incapacidade das Nações Unidas de agir em abril e início de maio de 1948 deve ser atribuída aos Estados Unidos:

A nova política americana para a Palestina provou ser um fracasso retumbante. A tutela proposta não conseguiu obter o mínimo apoio dos Estados-membros. Nenhum outro país se ofereceu para se juntar aos Estados Unidos no fornecimento das tropas necessárias para a execução da tutela. Diplomatas americanos sustentaram que a tutela só poderia ser implementada após um armistício, mas as garantias do Departamento de Estado de que uma trégua poderia ser obtida se mostraram incorretas. A fé na capacidade das Nações Unidas de impor suas próprias decisões foi abalada, e o prestígio dos Estados Unidos na organização mundial caiu como resultado. Com uma guerra em larga escala à beira da erupção no Oriente Médio, a mudança na política americana deixou as Nações Unidas sem capacidade de reagir (Snetsinger, 1974, p. 94).

Em 14 de maio de 1948, a sessão especial da Assembleia Geral da ONU terminou, pois naquele dia o estabelecimento do Estado de Israel foi proclamado em Tel Aviv (Strizhov, 1995). Shlaim (2014) diz que “diante dos líderes sionistas no Museu de Arte de Tel Aviv, David Ben-Gurion leu a Declaração de Independência e proclamou o estabelecimento do Estado judeu na Palestina, a ser chamado de *Medinat Israel* – o Estado de Israel” (Shlaim, 2014, p. 158). A Declaração de Independência, disponível no anexo - B da pesquisa, prometeu que:

O Estado de Israel será aberto para imigração judaica e para a o recebimento de exilados; patrocinará o desenvolvimento do país para o benefício de todos os seus habitantes; será baseado na liberdade, justiça e paz como imaginado pelos profetas de Israel; garantirá liberdade de religião, consciência, língua, educação e cultura; respeitará os lugares sagrados de todas as religiões; e será fiel aos princípios da Ata das Nações Unidas (Israel, 1948).

Como um parêntese, ao se analisar todo o período desde a criação de Israel – e mesmo antes disso – até os dias de hoje, é notável que os princípios e as garantias definidos na Declaração não foram cumpridas pelo governo israelense, pelo menos os que diziam respeito à população árabe que já habitava a Palestina. Os anos de colonização e guerra que se seguiram foram marcados por massacres, destruição, violações de direitos, abusos e extermínio de um povo originário, que possuía suas raízes culturais seculares estabelecidas na região. O genocídio palestino, a partir de 7 de outubro de 2023, não é apenas físico, mas também cultural, ideológico e político, com apoio de potências contemporâneas, especialmente o dos Estados Unidos, atualmente o maior financiador e apoiador do Estado de Israel.

Retomando, depois que os Estados Unidos tentaram impor um regime de tutela – visto como uma traição pelos sionistas –, a confiança deles nos americanos diminuiu. Com uma eleição nacional se aproximando em poucos meses, Truman, buscando reconquistar o apoio dos eleitores judeus, decidiu reconhecer imediatamente o Estado judeu (Snetsinger, 1974). Às seis da noite em Washington e meia-noite na Palestina, o secretário de imprensa do governo americano emitiu a declaração de reconhecimento da Casa Branca, apenas onze minutos após o fim do Mandato Britânico (Snetsinger, 1974):

Este Governo foi informado de que um Estado judeu foi proclamado na Palestina e que o reconhecimento foi solicitado pelo governo provisório. Os Estados Unidos reconhecem o governo provisório como a autoridade *de facto* [reconhecimento público, mas não formal] do novo Estado de Israel (White House, 1948 *apud* Snetsinger, 1974).

O reconhecimento da União Soviética viria no dia 17 de maio de 1948, e se tornaria o primeiro país a realizar o reconhecimento *de jure* – formal e legal – do Estado de Israel (Schechtman, 1970). É nesse contexto que a estratégia principal do movimento sionista, de obter o apoio de uma grande potência, foi bem sucedida e conseguiu atingir o seu propósito final: a criação do Estado de Israel. A primeira fase da “guerra não-oficial” entre as comunidades judaica e árabe na Palestina, como diz Shlaim (2014), “terminou em triunfo para os judeus e tragédia para os palestinos” (Shlaim, 2014, p. 152).

Na noite de 15 de maio, tropas árabes invadiram a Palestina e avançaram contra o Estado judeu, entrando pelo Egito, Transjordânia, Síria, Líbano e Iraque (Shlaim, 2014). Foi nesse momento que deu-se início à Primeira Guerra Árabe-Israelense – que viria a perdurar até o ano de 1949 –, e simbolizou a explosão de uma luta que, até os dias atuais, redefine fronteiras, alianças e identidades no cenário internacional.

6. Considerações Finais

Essa pesquisa, por fim, buscou abordar, de uma forma simples e clara, o envolvimento das grandes potências da primeira metade do século XX na formação de Israel. Ao longo deste trabalho, ficou evidente que o Reino Unido desempenhou um papel central na criação do Estado de Israel, atuando como o principal facilitador do projeto sionista nas décadas que antecederam a independência em 1948. Desde a Declaração Balfour, em 1917, os britânicos não perderam tempo em criar as condições necessárias para a colonização judaica na Palestina: nomearam um judeu sionista como Alto Comissário, reconheceram a Organização Sionista Mundial como a "Agência Judaica" oficial, permitiram a migração em massa de judeus (mesmo diante da oposição árabe) e permitiram a compra de terras palestinas para assentamentos sionistas.

No entanto, o apoio britânico não foi linear. Inicialmente, o Reino Unido demorou para se aliar ao Sionismo e se tornar um protetor do movimento, e, após a aliança, sua posição se tornou cada vez mais instável à medida em que a resistência árabe crescia e os custos políticos e militares do Mandato e da reconstrução após a Primeira Guerra Mundial se tornavam mais insustentáveis. A retirada britânica em 1948, seguida pela rápida declaração de independência de Israel, marcou o fim de uma era em que o Reino Unido havia sido o principal arquiteto do destino da Palestina.

Como mencionado por diversos autores, o movimento sionista sempre teve como uma de suas principais estratégias a busca por alinhamento com uma potência mundial, a fim de obter apoio militar, financeiro, político e internacional. Nesse sentido, os Estados Unidos também foram uma dessas opções. Durante os primeiros anos do desenvolvimento do Sionismo e das bases para a idealização do Estado de Israel, os estadunidenses não tiveram um papel fundamental, apenas alguns momentos pontuais de assistência às causas sionistas, como o apoio à Declaração de Balfour e o *lobby* dos sionistas estadunidenses. Seu papel viria a ser de extrema importância apenas a partir da Segunda Guerra Mundial, mas que, assim como o governo britânico, possuíam algumas atitudes ambivalentes, como a mudança de posicionamento em relação à implementação do plano de partilha. Porém, seu reconhecimento da independência de Israel apenas onze minutos da declaração, foi um ponto-chave para a legitimação internacional do Estado judaico.

Quanto à União Soviética, seu papel inicial era de total oposição aos ideais sionistas. Apesar de uma grande parcela dos membros do movimento possuírem ideologias socialistas,

o governo soviético via o Sionismo como um movimento burguês que ia contra o proletariado. Sua mudança de posicionamento viria a acontecer apenas durante a Segunda Guerra Mundial e o holocausto judeu. Após isso, passaram a apoiar a criação de Israel na ONU, mas o fizeram também por interesses geopolíticos – buscando enfraquecer e remover a influência britânica no Oriente Médio e abrir espaço para sua própria penetração na região através dos israelenses. Porém, complementando com uma informação de Schechtman (1970), o apoio de Stálin a Israel não durou muito pois, quando ficou claro que Israel não se tornaria um satélite soviético, a União Soviética rapidamente mudou sua postura, voltando seu apoio aos Estados árabes e Israel se alinhou aos Estados Unidos (Schechtman, 1970).

Ainda em relação ao papel estadunidense e soviético – as duas superpotências do pós-guerra, que estavam começando a suplantar as potências europeias no Oriente Médio –, é possível afirmar, como diz Shlaim (2014), que "Israel nasceu com dois padrinhos" (Shlaim, 2014, p. 158) e que as ações de ambos foram de extrema importância para a formação do lar judeu. Mas, como resultado final, este trabalho demonstra que, embora Estados Unidos e União Soviética tenham tido influência durante o processo, foi o Reino Unido que, majoritariamente, estruturou as bases políticas, territoriais e demográficas que tornaram possível a existência de Israel.

Sobre o movimento sionista, analisado em suas conexões com o imperialismo europeu e ocidental durante a pesquisa, foi possível de notar que é um projeto colonial que possui algumas características fundamentais: ele é um sistema marcado pela superioridade racial, que marginaliza a população árabe nativa; possui uma estrutura de dominação baseada na violência, e a ofensiva militar é, em sua maioria, a primeira opção. Tem ambição expansionista, desprezando acordos territoriais firmados. É perceptível que o Sionismo é um movimento colonizador ambicioso e racista, construído sobre a negação dos direitos e terras do povo palestino. Além disso, complementando, o racismo não é uma característica adquirida ou passageira do Sionismo, ele faz parte da essência do movimento, pois está profundamente enraizado na própria ideologia.

Por fim, o movimento nacional árabe-palestino, como destacado por Kramer (2002), enfrentou inimigos claros e poderosos: os britânicos, que controlavam a Palestina, e os sionistas, que buscavam transformar a Palestina em um Estado judeu. Essa dinâmica de conflito, somada aos interesses das potências com ações ambíguas – ora de apoio, ora de hesitação –, deixaram um legado complexo que moldou não apenas o nascimento de Israel, mas também as tensões duradouras que ainda ecoam no cenário geopolítico contemporâneo.

Este estudo reforça que a questão palestina não é meramente um conflito entre dois lados, mas sim o resultado de um processo histórico de colonialismo e exclusão pois, enquanto o movimento sionista conseguiu alcançar seu objetivo de criar um Estado nacional judaico, isso ocorreu às custas do deslocamento e da opressão do povo palestino. Sem o reconhecimento dessa assimetria e das violações sistemáticas de direitos, qualquer perspectiva de paz permanecerá incompleta. A solução, se é que ainda possível, exigirá não apenas a reparação histórica das injustiças que marcaram a criação de Israel, mas também o fim da doutrina colonial e racista do Sionismo.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Breno. **Contra o Sionismo**: Retrato de uma Doutrina Colonial e Racista. São Paulo: Editora Veneta, 2023.

BUZAN, Barry. **Great Powers**. p. 638–652, 2018. Disponível em: <<https://academic.oup.com/edited-volume/34657/chapter-abstract/295302381?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CHANTRELL, Galit. **The San Remo Conference 1920**: its meaning and memory. Deakin University, 2019.

COMPACT MEMORY - **Internetarchiv jüdischer Periodika**, Universitätsbibliothek Frankfurt am Main. Disponível em: <https://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/cm/periodical/pageview/3092923>. Acesso em: 10 jan. 2025.

EPSTEIN, Lawrence J. **The Dream of Zion**: The Story of the First Zionist Congress. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.

EVANS, C. D. The Concept of Diaspora in Biblical Literature. In: EHRLICH, M. A. (ed.). **Encyclopedia of the Jewish Diaspora**: Origins, Experiences, and Culture. Santa Barbara; Denver; Oxford: ABC-CLIO, 2008. p. 34-41.

GOLD, S. J. **The Israeli diaspora**. New York: Routledge, 2005.

GOODMAN, M. **Rome and Jerusalem**: The Clash of Ancient Civilizations. New York: Alfred A. Knopf, 2007.

HUSAN, Shamir. **The Zionist Project and the British Mandate in Palestine**. Proceedings of the Indian History Congress, v. 75, p. 967-974, 2014.

ISRAEL. Ministério das Relações Exteriores. **The Declaration of the Establishment of the State of Israel**. 14 maio 1948. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/declaration-of-establishment-state-of-israel>. Acesso em: 2 jun. 2025.

LEVINE, Lee I. **Jerusalem**: Portrait of the City in the Second Temple Period (586-70 CE). Philadelphia: Jewish Publication Society, 2002.

LOEVY, Karin. **The Sykes-Picot Agreement's Regional Moment**: Drawing Lines of Development in a New and Open Space. *AJIL Unbound*, v. 110, p. 120-126, 2016. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/sykesp>

icot-agreements-regional-moment-drawing-lines-of-development-in-a-new-and-open-space/C41FDFA1A2CF3EF87621C7D47008384. Acesso em: 6 abril 2025.

MORRIS, Benny. **Righteous Victims: A History of the Zionist-Arab Conflict, 1881-2001**. First Vintage Books edition. New York: Vintage Books, 2001.

RAJAK, Tessa. **The Jewish Diaspora**. Cambridge University Press eBooks, p. 53-68, 2006. Disponível em:
<https://www.cambridge.org/core/books/abs/cambridge-history-of-christianity/jewish-diaspora/8E9DE1E71C3D52EFB516819FD8218E0C>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SAND, Shlomo. **The Invention of the Jewish People**. Londres: Verso, 2009.

SANDERS, Ronald. **The High Walls of Jerusalem: A History of the Balfour Declaration and the Birth of the British Mandate for Palestine**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1983.

SAYEGH, Fayez A. **Zionist Colonialism in Palestine**. Beirut: Palestine Liberation Organization Research Center, 1965.

SAYEGH, Fayez A. **The Palestine Refugees**. Washington: Amara Press, 1952.

SCHECHTERMAN, J. B. **The U.S.S.R., Zionism, and Israel**. New York: Philosophical Library, 1953.

SCHNEER, Jonathan. **The Balfour Declaration: The Origins of the Arab-Israeli Conflict**. New York: Random House, 2010.

SCHÄFER, P. **The History of the Jews in the Greco-Roman World**. London: Routledge, 2003.

SEGEV, Tom. **One Palestine, Complete: Jews and Arabs Under the British Mandate**. Translated by Haim Watzman. New York: Metropolitan Books, 2000.

SHEPHERD, Naomi. **Ploughing Sand: British Rule in Palestine 1917-1948**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1999.

SHERMAN, A. J. **Mandate Days: British Lives in Palestine 1918-1948**. London: Thames & Hudson, 1997.

SHLAIM, Avi. **The Iron Wall: Israel and the Arab World**. Extended edition. New York: Penguin Books, 2014.

SHLAIM, Avi. The Balfour Declaration and its Consequences. In: LOUIS, Wm. Roger (ed.). **Yet More Adventures with Britannia: Personalities, Politics and Culture in Britain**. London: I. B. Tauris, 2005. p. 251-270.

SNETSINGER, John. **Truman, the Jewish Vote, and the Creation of Israel**. Stanford: Hoover Institution Press, 1974.

STORK, Joe. **Understanding the Balfour Declaration**. MERIP Reports, n. 13, p. 9-13, 1972. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3012229>. Acesso em: 4 abril. 2025.

STRIZHOV, Iurii. **The Soviet Position on the Establishment of the State of Israel**. Journal of Cold War Studies, v. 20, p. 3-24, 2025.

SWEITI, Rateb. **American Policy toward Palestine between 1850 and 1939**. ProQuest Dissertations Publishing. University of Arizona, 2008.

VARES, Sidnei Ferreira de. **Durkheim, o Caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República francesa**. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 2, p. 481-505, jul.-dez. 2014.

WASSERSTEIN, Bernard. **The British in Palestine: The Mandatory Government and the Arab-Jewish Conflict 1917-1929**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

WHITE HOUSE. Press Release, May 14, 1948. OF 204-Misc., Truman Papers.

WINDER, Alex. **The "Western Wall" Riots of 1929: Religious Boundaries and Communal Violence**. Journal of Palestine Studies, v. 42, n. 1, p. 6-23, 2012.

ANEXOS

ANEXO A - DECLARAÇÃO DE BALFOUR

Foreign Office,

November 2nd, 1917.

Dear Lord Rothschild,

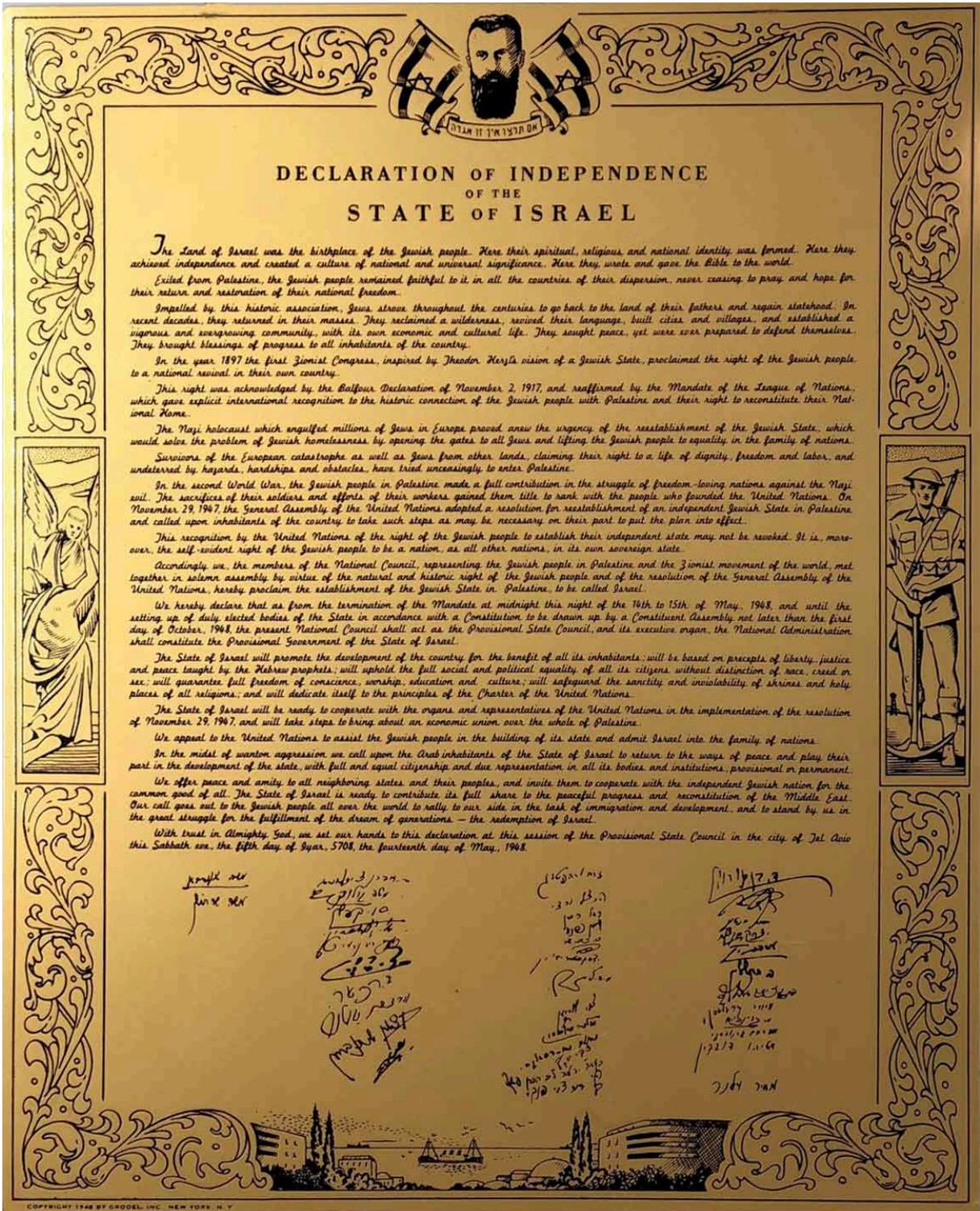
I have much pleasure in conveying to you, on behalf of His Majesty's Government, the following declaration of sympathy with Jewish Zionist aspirations which has been submitted to, and approved by, the Cabinet

"His Majesty's Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country"

I should be grateful if you would bring this declaration to the knowledge of the Zionist Federation.

Y. in
Arthur Balfour

ANEXO B - DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DO ESTADO DE ISRAEL





DECLARATION OF INDEPENDENCE OF THE STATE OF ISRAEL

The Land of Israel was the birthplace of the Jewish people. Here their spiritual, religious and national identity was formed. Here they achieved independence and created a culture of national and universal significance. Here they wrote and gave the Bible to the world.

Exiled from Palestine, the Jewish people remained faithful to it in all the countries of their dispersion, never ceasing to pray and hope for their return and restoration of their national freedom.

Impelled by this historic association, Jews strove throughout the centuries to go back to the land of their fathers and regain statehood. In recent decades they returned in their masses. They reclaimed a wilderness, revived their language, built cities and villages, and established a vigorous and burgeoning community, with its own economic and cultural life. They sought peace, yet were ever prepared to defend themselves. They brought blessings of progress to all inhabitants of the country.

In the year 1897 the first Zionist Congress, inspired by Theodor Herzl's vision of a Jewish State, proclaimed the right of the Jewish people to a national revival in their own country.

This right was acknowledged by the Balfour Declaration of November 2, 1917, and reaffirmed by the Mandate of the League of Nations, which gave explicit international recognition to the historic connection of the Jewish people with Palestine and their right to reconstitute their National Home.

The Nazi holocaust which engulfed millions of Jews in Europe proved anew the urgency of the reestablishment of the Jewish State, which would solve the problem of Jewish homelessness by opening the gates to all Jews and lifting the Jewish people to equality in the family of nations.

Survivors of the European catastrophe as well as Jews from other lands, claiming their right to a life of dignity, freedom and labor, and undeterred by hazards, hardships and obstacles, have tried unceasingly to enter Palestine.

In the second World War, the Jewish people in Palestine made a full contribution in the struggle of freedom-loving nations against the Nazi evil. The sacrifices of their soldiers and efforts of their workers gained them title to rank with the people who founded the United Nations. On November 29, 1947, the General Assembly of the United Nations adopted a resolution for reestablishment of an independent Jewish State in Palestine and called upon inhabitants of the country to take such steps as may be necessary on their part to put the plan into effect.

This recognition by the United Nations of the right of the Jewish people to establish their independent state may not be revoked. It is, moreover, the self-evident right of the Jewish people to be a nation, as all other nations, in its own sovereign state.

Accordingly we, the members of the National Council, representing the Jewish people in Palestine and the Zionist movement of the world, met together in solemn assembly by virtue of the natural and historic right of the Jewish people and of the resolution of the General Assembly of the United Nations, hereby proclaim the establishment of the Jewish State in Palestine, to be called Israel.

We hereby declare that as from the termination of the Mandate at midnight this night of the 14th to 15th of May, 1948, and until the setting up of duly elected bodies of the State in accordance with a Constitution to be drawn up by a Constituent Assembly not later than the first day of October, 1948, the present National Council shall act as the Provisional State Council, and its executive organ, the National Administration shall constitute the Provisional Government of the State of Israel.

The State of Israel will promote the development of the country for the benefit of all its inhabitants; will be based on precepts of liberty, justice and peace taught by the Hebrew prophets; will uphold the full social and political equality of all its citizens without distinction of race, creed or sex; will guarantee full freedom of conscience, worship, education and culture; will safeguard the sanctity and inviolability of shrines and holy places of all religions; and will dedicate itself to the principles of the Charter of the United Nations.

The State of Israel will be ready to cooperate with the organs and representatives of the United Nations in the implementation of the resolution of November 29, 1947, and will take steps to bring about an economic union over the whole of Palestine.

We appeal to the United Nations to assist the Jewish people in the building of its state and admit Israel into the family of nations.

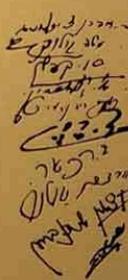
In the midst of unrelenting aggression we call upon the Arab inhabitants of the State of Israel to return to the ways of peace and play their part in the development of the state, with full and equal citizenship and due representation in all its bodies and institutions, provisional or permanent.

We offer peace and amity to all neighboring states and their peoples, and invite them to cooperate with the independent Jewish nation for the common good of all. The State of Israel is ready to contribute its full share to the peaceful progress and reconstitution of the Middle East. Our call goes out to the Jewish people all over the world to rally to our side in the task of immigration and development, and to stand by us in the great struggle for the fulfillment of the dream of generations — the redemption of Israel.

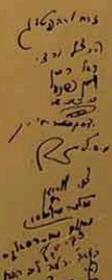
With trust in Almighty God, we set our hands to this declaration at this session of the Provisional State Council in the city of Tel Aviv this Sabbath eve, the fifth day of Sivan, 5708, the fourteenth day of May, 1948.



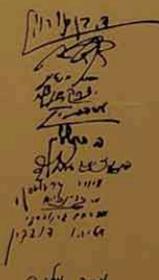
דָּוִד בֶּן-גּוּרִיּוֹן



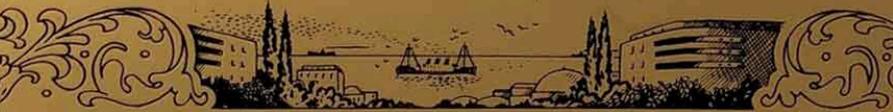
גּוֹלְדָּא מֵאִיר



יִצְחָק בֶּן-צְוִי



מֹשֶׁה שָׂרֵט



COPYRIGHT 1948 BY GRODEL, INC. NEW YORK, N. Y.

ANEXO C - TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DA DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DO ESTADO DE ISRAEL

A terra de Israel é o local de origem do povo judeu. Aqui a sua identidade espiritual, política e religiosa foi moldada. Aqui eles primeiro atingiram a formação de um estado, criaram valores culturais de significância nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros. Depois de serem forçosamente exilados de sua terra, o povo conservou consigo sua fé durante sua Dispersão e nunca deixou de rezar e sonhar com o retorno para sua terra e com a restauração, lá, de sua liberdade política.

Impelidos por sua ligação histórica e de tradições, judeus lutaram geração após geração para se restabelecerem em sua antiga terra natal. Nas décadas recentes, eles voltaram em massa. Pioneiros, desafiadores refugiados e defensores, eles fizeram desertos florescerem, reavivaram a língua hebraica, construíram vilarejos e pequenas cidades, criaram uma próspera comunidade que controla a sua própria economia e cultura, adorando a paz mas sabendo como se defender, trazendo as bênçãos de progresso para todos os habitantes do país e aspirando a um estado independente.

No ano 5657 (1897), nas conferências do pai espiritual do Estado Judeu, Theodor Herzl, o Primeiro Congresso Sionista delineou e proclamou o direito de o povo judeu fazer renascer o seu próprio país.

Este direito foi reconhecido em 2 de novembro de 1917 e reafirmado no Mandato da Liga das Nações que, em particular, deu sanção internacional para a conexão histórica entre o povo judeu e Eretz-Israel e o direito de o povo judeu reconstruir o seu Lar Nacional.

A catástrofe que recentemente caiu sobre o povo judeu - o massacre de milhões de judeus na Europa - foi outra demonstração clara da urgência de resolver o problema da falta de um lar através do restabelecimento em Eretz Israel do Estado Judeu, que abriria bem os portões da terra natal para todo judeu e conferiria ao povo judeu o status de membro privilegiado na comunidade de nações.

Sobreviventes do holocausto nazista na Europa, assim como os judeus do resto do mundo, continuaram a migrar para Eretz-Israel, apesar das dificuldades, restrições e perigos e nunca deixaram de assegurar o seu direito a uma vida de dignidade, liberdade e trabalho honesto em seu lar nacional.

Na Segunda Guerra Mundial, a comunidade judaica deste país contribuiu por completo com as nações que amam a paz e a liberdade contra as forças da tirania nazista e,

com o sangue de seus soldados e seus esforços de guerra, ganhou o direito de ser reconhecida entre os povos que fundaram as Nações Unidas.

No dia 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução do estabelecimento de um Estado Judeu em Eretz-Israel; a Assembléia Geral requereu aos habitantes de Eretz-Israel tomarem as medidas necessárias para a implementação desta resolução. Este reconhecimento das Nações Unidas pelo direito de o povo judeu estabelecer o seu Estado é irrevogável.

Este é o direito natural de o povo judeu ser mestre de seu próprio destino, como todas as outras nações, em seu próprio Estado soberano.

De acordo, nós, membros do Conselho do Povo, representantes da Comunidade Judaica de Eretz-Israel e do Movimento Sionista, estamos aqui reunidos no dia de término do Mandato Britânico sobre Eretz-Israel e, por virtude de nossos direitos naturais e históricos e pela força da resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, aqui declaramos o estabelecimento do estado judeu em Eretz-Israel, a ser conhecido como Estado de Israel.

Declaramos que, vigorando a partir do término do Mandato a esta noite, véspera de Shabbath, 6 de Iyar de 5708 (15 de maio de 1948), até o estabelecimento das autoridades eleitas, regulares do Estado em acordo com a Constituição que será adotada pela Assembléia Constituinte Eleita no mais tardar em 1o. de outubro de 1948, o Conselho do Povo atuará como Conselho Provisório do Estado, e seu órgão executivo, a Administração do Povo, será o Governo Provisório do Estado Judeu, a ser chamado "Israel".

O Estado de Israel será aberto para imigração judaica e para a o recebimento de exilados; patrocinará o desenvolvimento do país para o benefício de todos os seus habitantes; será baseado na liberdade, justiça e paz como imaginado pelos profetas de Israel; garantirá liberdade de religião, consciência, língua, educação e cultura; respeitará os lugares sagrados de todas as religiões; e será fiel aos princípios da Ata das Nações Unidas.

O Estado de Israel está preparado para cooperar com agências e representantes das Nações Unidas a implementar a resolução da Assembléia Geral de 29 de novembro de 1947 e tomará as medidas necessárias para trazer a unidade econômica de toda Eretz-Israel.

Nós fazemos um apelo às Nações Unidas para assistir o povo judeu a construir o seu Estado e para receber o Estado de Israel na comunidade das nações.

Nós fazemos um apelo - em meio ao duro ataque lançado contra nós há meses - aos habitantes árabes do Estado de Israel para manter a paz e participar da construção do Estado na base de igual e completa cidadania e através de representação em todas as suas instituições provisórias e permanentes.

Nós estendemos nossa mão a todos os estados vizinhos e seus povos numa oferta de paz e boa vizinhança, e apelamos a eles para o estabelecimento de laços de cooperação e ajuda mútua com o soberano povo judeu, estabelecido em sua própria terra. O Estado de Israel está preparado para fazer a sua parte em um esforço comum para o desenvolvimento de todo o Oriente Médio.

Nós apelamos ao povo judeu em toda a Diáspora para ajudar os judeus de Eretz-Israel nas tarefas de imigração e construção e de os apoiarem na grande luta de realização do antigo sonho - a redenção de Israel.

Colocando nossa confiança no Misericordioso, nós afixamos nossas assinaturas a esta proclamação nesta sessão do Conselho de Estado, no solo da Terra Natal, na cidade de Tel-Aviv, nesta véspera de Shabbath, em 5 de Iyar de 5708 (14 de maio de 1948).